



SENADO FEDERAL

Processo nº 00200.001723/2026-17 (VOLUME 1)

Assunto: CREDENCIAMENTO AO SIS - VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA. CNPJ: 18.299.191/0001-08

Interessado: SISAUDE - SECRETARIA INTEGRADA DE SAÚDE

Referência: 00100.015449/2026

Data da autuação: 28/01/2026

Nível de acesso: OSTENSIVO



SIGAD-SF

Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos



SOLICITAÇÃO DE AUTUAÇÃO DE PROCESSO

| | |
|------------------|---|
| Solicitante | Helen Simone Gomes Melo |
| Unidade | SECRETARIA INTEGRADA DE SAÚDE (SISAUDE) |
| Tipo de Processo | Credenciamento de fornecedor |
| Objeto | CREENCIAMENTO AO SIS - VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA. CNPJ: 18.299.191/0001-08 |



ANEXO II

CARTA-PROPOSTA AO SIS SENADO

| | |
|---|---|
| Razão Social: VITRIUM LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANÁLISES CLÍNICAS LTDA | CNPJ: 18.299.191/0001-08 |
| Nome Fantasia: VITRIUM LABORATÓRIO | Inscrição Estadual: 07.646.288/001-00 |
| Endereço completo: Logradouro: QE 1 Área especial Lote F CEP: 71.020-037 Nº: 206/207 Complemento: Edifício Centro Clínico Guará | Telefone: 61 3526-6966 |
| | E-mail: laboratorio.vitrium2013@gmail.com |
| | Sítio institucional: https://www.laboratoriovitrium.com.br/ |
| Área de Atuação: <input type="checkbox"/> HOSPITALAR, <input type="checkbox"/> DAY CLINIC; <input checked="" type="checkbox"/> AMBULATORIAL; <input type="checkbox"/> EMERGÊNCIA; <input type="checkbox"/> SADTs; <input type="checkbox"/> ASSISTÊNCIA DOMICILIAR. | Especificação dos Serviços e Especialidades (pode anexar documento à parte): - Anatomia patológica e Citopatologia; - Patologia Clínica-Medicina Laboratorial; Ultrassonografias/diagnóstico por imagem (sem radiação). |
| Representante Legal (nome conforme contrato social): JONAS HONORATO LIMA DE MELO | CPF: 078.039.181-07 |
| Responsável Técnico Nome: Nestor Cobiniano de Melo Neto Registro no Conselho de Classe: CRF/DF CPF: 021.845.364-74 | Registro na especialidade: Nº 1281 RG: 1583301 SSP/PB |





| 1 RELAÇÃO DO CORPO CLÍNICO | | | |
|--|---|---|--|
| Nome | Registro no Conselho de Classe/Especialidade | CPF | |
| NESTOR COBINIANO DE MELO NETO | CRF DF 1281 Farmaceutico - Esp. Citologia Clínica, Análises Clínicas e Toxicologicas | 021.845.364-74 | |
| ELISA LIMA GUEDES | CRM DF 20794 Radiologista e diagnóstico por Imagem | 007.658.001-60 | |
| 2 PONTOS DE ATENDIMENTO | | | |
| Endereço | Horário de atendimento | Telefone | Especialidades |
| QE 1 ÁREA ESPECIAL LOTE F SALAS: 206/207 – EDIFÍCIO CENTRO CLÍNICO GUARÁ | Das 08:00 às 18:00 – De segunda a sexta-feira; Das 08:00 às 12:00 aos sábados. | 61 3526-6966 61 3541-0120 61 99851-6393 | - Anatomia patológica e Citopatologia; - Patologia Clínica e medicina Laboratorial; - Ultrassonografias/diagnóstico por imagem (sem radiação). |
| 3 RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA EXAMES COMPLEMENTARES | | | |
| 1. BANHO MARIA MOTORIZADO Q215M2 2. VORTEX MULTI-ESPECIMEN DIGENE 3. ROTARY SHEIKER I DIGENE 4. MICROPLAYTE HEATER 1 DIGENE (2 UNIDADES) 5. LAVADORA DE PLACAS TP-WASHER 6. PROCESSADOR DE LAMINAS TPK FENIX 7. DML 3000 – LEITORA DE PLACAS 8. VORTEX MIXER INDIVIDUAL K45-2820 9. CENTRÍFUGA CENTRILAB 80-2B 15ML 10. MICROSCÓPIO COLEMAN 11. PROCESSADOR DE LÂMINAS KLP 2000 12. DEIONIZADOR PERMUTION LM-OT 0010 13. CÂMARA DE CONSERVAÇÃO – NI 1760/280 14. ULTRASSOM SAMSUNG HS40 | | | |
| 4 DADOS BANCÁRIOS PARA CRÉDITO DOS PAGAMENTOS PELO SIS | | | |
| Banco: 341 - Banco Itaú Unibanco S.A. | Agência: 6244 | Conta corrente: 18.213-2 | |

Vem solicitar o credenciamento desta empresa para prestação de serviços junto ao Senado Federal para:





(X) prestação de serviços de assistência à saúde no Distrito Federal, conforme relação constante no Anexo X, aos beneficiários inscritos do Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal – SIS, aos senadores e seus dependentes, ex-senadores e respectivos cônjuges, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, consoante Ato da Comissão Diretora nº 9, de 1995 e alterações posteriores, Ato da Comissão Diretora 14/2022 - Anexo V.

() prestação de serviços descritos no programa de Exames Periódicos de Saúde (EPS) no DF aos servidores do SENADO referenciados à avaliação de saúde pela equipe técnica.

Declara total concordância com as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, inclusive com os valores e instruções constantes das Tabelas praticadas pelo Sistema Integrado de Saúde – SIS.

Declara serem verdadeiras as informações fornecidas e compromete-se a informar ao Senado Federal, de imediato, quaisquer alterações que vierem a ocorrer.

Declara que cumpre todos os requisitos exigidos pelas normas em vigor para funcionamento de serviços de atenção à saúde e que todos os profissionais disponibilizados para prestação dos serviços que trata o **Edital de Credenciamento nº 01/2024** são devidamente habilitados, registrados no Conselho de Classe respectivo e, quando legalmente exigível, com especialização nas respectivas áreas, bem como apresenta toda a documentação exigida para habilitação.

Brasília/DF, 21 de janeiro de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br JONAS HONORATO LIMA DE MELO
Data: 21/01/2026 12:00:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Representante Legal Jonas Honorato Lima de Melo

CPF: 078.039.181-07






ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (EMPREGADO MENOR)

Vitrium Laboratório de Biologia Molecular e Análises Clínicas LTDA, CNPJ nº 18.299.191/0001-08, estabelecida em QE 1 Área Especial Lote F – salas 206/207 Ed. Centro Clínico Guar´á, **DECLARA**, sob as penas da Lei, **não possuir em seu quadro** empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e empregado menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 14.133/2021.

Brasília/DF, 21 de janeiro de 2026.

Documento assinado digitalmente
 JONAS HONORATO LIMA DE MELO
Data: 21/01/2026 11:58:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Representante Legal Jonas Honorato Lima de Melo
CPF: 078.039.181-07





ANEXO IV

DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 14º da lei nº 14.133/2021

A empresa Vitrium Laboratório de Biologia Molecular e Análises Clínicas LTDA, CNPJ nº 18.299.191/0001-08, com logradouro à QE 1 Área especial lote F salas 206/207 – Edifício Centro Clínico Guará, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) Jonas Honorato Lima de Melo, portador(a) do RG nº 3561152, expedido por SESP/DF, e do CPF nº 078.039.181-07, declaro estar ciente acerca da vedação de credenciamento de instituição que tenha servidor do Senado Federal ou prestador de serviço contratado pelo Senado Federal como proprietário, acionista ou sócio, sob risco de descredenciamento, conforme art. 14º da lei nº 14.133/2021 e regulamento administrativo do Senado Federal.

Brasília/DF, 21 de janeiro de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br JONAS HONORATO LIMA DE MELO
Data: 21/01/2026 11:58:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Representante Legal Jonas Honorato Lima de Melo

CPF: 078.039.181-07






ANEXO V

DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ART.63, INCISO IV DA LEI 14.133/2021

A empresa Vitrium Laboratório de Biologia Molecular e Análises Clínicas LTDA, CNPJ nº 18.299.191/0001-08, sediada em em QE 1 Área especial lote F salas 206/207 – Edifício Centro Clínico Guará, **DECLARA** que, até a presente data, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Brasília/DF, 21 de janeiro de 2026.

Documento assinado digitalmente
 JONAS HONORATO LIMA DE MELO
Data: 21/01/2026 18:02:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Representante Legal Jonas Honorato Lima de Melo

CPF: 078.039.181-07





ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL E DE SEUS ANEXOS

A empresa Vitrium Laboratório de Biologia Molecular e Análises Clínicas LTDA, CNPJ nº 18.299.191/0001-08, com logradouro à QE 1 Área especial lote F salas 206/207 – Edifício Centro Clínico Guará, por intermédio de seu representante legal, Sr(a). Jonas Honorato Lima de Melo, portador(a) do RG nº 3561152, expedido por SESP/DF, e do CPF nº 078.039.181-07, **DECLARA** que **examinou criteriosamente os termos do Edital de Credenciamento nº 0 1 / 2 0 2 4 e da minuta de contrato anexada ao referido edital** e julgou-os suficientes para a elaboração da **Carta-Proposta**, nos termos do referido edital, observados todos os detalhes e requisitos estabelecidos.

DECLARA, ainda, estar de acordo com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e das demais normas e regulamentos do SENADO que regem a presente contratação.

Brasília/DF, 21 de janeiro de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br JONAS HONORATO LIMA DE MELO
Data: 21/01/2026 11:58:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Representante Legal Jonas Honorato Lima de Melo
CPF: 078.039.181-07






ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

A empresa Vitrium Laboratório de Biologia Molecular e Análises Clínicas LTDA, CNPJ nº 18.299.191/0001-08, sediada em QE 1 Área especial lote F salas 206/207 – Edifício Centro Clínico Guará, **DECLARA** que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo de credenciamento objeto do Edital de Credenciamento nº 01/2024 e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Brasília/DF, 21 de janeiro de 2026.

Documento assinado digitalmente
 JONAS HONORATO LIMA DE MELO
Data: 21/01/2026 11:58:44-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Representante Legal Jonas Honorato Lima de Melo

CPF: 078.039.181-07





Serviço Público Federal
Conselho Federal de Farmácia



CERTIDÃO DE REGULARIDADE TÉCNICA

2026

| | | | | | | |
|--|----------------------|--|--|----------------------|-----------------------|---------|
| REGISTRO NO CRF 03/000188 | REGIONAL DF | VALIDADE 06/01/2027 | REPOSITÓRIO PÚBLICO https://farmasis.com.br/cr/df/2026/03/000188.pdf | | | |
| RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL Vitrium Lab. de Biologia Mol. E Anal. Clín. Ltda | | NOME FANTASIA Vitrium Laboratório | | | | |
| TIPO DE ESTABELECIMENTO Laboratório de Análises Clínicas | | NATUREZA DE ATIVIDADE Laboratório privado | | | | |
| ENDEREÇO Q Qe 1 Area Especial Lt F, - Sala 206 E 207 | | | CNPJ 18.299.191/0001-08 | | | |
| BAIRRO Guará I | | CIDADE Brasília | | | | |
| HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO | | | | | | |
| SEGUNDA 08:00-18:00 | TERÇA 08:00-18:00 | QUARTA 08:00-18:00 | QUINTA 08:00-18:00 | SEXTA 08:00-18:00 | SÁBADO 08:00-12:00 | DOMINGO |

RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S)

| TIPO | INSCRIÇÃO | NOME | | | | | FUNÇÃO |
|-------------|-----------|-------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|---------------------|
| | 1281 | Nestor Cobiniano de Melo Neto | | | | | Responsável Técnico |
| SEGUNDA | | TERÇA | QUARTA | QUINTA | SEXTA | SÁBADO | DOMINGO |
| 08:00-18:00 | | 08:00-18:00 | 08:00-18:00 | 08:00-18:00 | 08:00-18:00 | 08:00-12:00 | - |

Brasília - DF, 06 de janeiro de 2026.

Anna Maly de Leão e Neves Eduardo

Anna Maly de Leão e Neves Eduardo

Diretor(a) do CRF/DF

ESTA CERTIDÃO DEVE SER AFIXADA EM UM LUGAR BEM VISÍVEL AO PÚBLICO



s que o estabelecimento a que se refere esta Certidão de Regularidade está registrado neste Conselho Regional de Farmácia, atendendo o que dispõem os parágrafo único e 24, da Lei no 3.820/60. Tratando-se de Farmácia e Drogeria, certificamos que está regularizada em sua atividade durante os horários os pelo(s) Farmacêutico(s) Responsável(is) Técnico(s), de acordo com os artigos 2o, 3o Caput, 5o, 6o Inciso I, todas da Lei 13.021/14. Por ocasião de no quadro de assistência farmacêutica, este documento deverá ser retirado pelo Responsável Técnico interessado e encaminhado para o respectivo CRF para alterações.

Emissão do Documento

07/01/2026 10:03:22

DADOS DA EMPRESA**Nome da Empresa:**

VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA

Endereço do Empreendimento:

QUADRA QE 1 AREA ESPECIAL LOTE F, S/N, GUARA I, RA GUARÁ, 71020-037, BRASILIA, SALA 206 E 207

Número de Registro:

53201881946

CNPJ:

18.299.191/0001-08

Inscrição Estadual:

0764628800100

Natureza Jurídica:

SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Porte da Empresa:

EMPRESA DE PEQUENO PORTE

MEI: NÃO

Consulta por QR Code

portalservicos.jucis.df.gov.br

**PARECER DA VIABILIDADE****Área Utilizada (m²):**

100,0

Área Total Edificação (m²):

100,0

Utiliza área Pública: Sim Não**Executa música ao vivo, mecanizada e/ou eletrônica:** Sim Não**Dias de****Horário**

Segunda-Feira

08:00h às 18:00h

Terça-Feira

08:00h às 18:00h

Quarta-Feira

08:00h às 18:00h

Quinta-feira

08:00h às 18:00h

Sexta-Feira

08:00h às 18:00h

Sábado

08:00h às 12:00h

Atividade Principal

- 8640-2/02 Laboratorios clinicos

Atividades Secundárias

- 8640-2/07 Servicos de diagnostico por imagem sem uso de radiacao ionizante, exceto ressonancia magnetica

Emissão do Documento

07/01/2026 10:03:22

LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL - IBRAM

Atividades Licenciadas

| CNAE | Descrição | Validade |
|-----------|-----------------------|------------|
| 8640-2/02 | Laboratorios clinicos | 19/09/2027 |

Atividades Dispensadas de Licenciamento

| CNAE | Descrição |
|-----------|--|
| 8640-2/07 | Servicos de diagnostico por imagem sem uso de radiacao ionizante, exceto ressonancia magnetica |

VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - VISADF

Atividades Licenciadas

| CNAE | Descrição | Validade |
|-----------|--|------------|
| 8640-2/02 | Laboratorios clinicos | 18/12/2026 |
| 8640-2/07 | Servicos de diagnostico por imagem sem uso de radiacao ionizante, exceto ressonancia magnetica | 18/12/2026 |

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - CBM

Atividades Dispensadas de Licenciamento

| CNAE | Descrição |
|-----------|--|
| 8640-2/02 | Laboratorios clinicos |
| 8640-2/07 | Servicos de diagnostico por imagem sem uso de radiacao ionizante, exceto ressonancia magnetica |

SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL - DF LEGAL

Atividades Dispensadas de Licenciamento

| CNAE | Descrição |
|-----------|--|
| 8640-2/02 | Laboratorios clinicos |
| 8640-2/07 | Servicos de diagnostico por imagem sem uso de radiacao ionizante, exceto ressonancia magnetica |



Verifique o certificado no site <https://portalservicos.jucis.df.gov.br/licenciamento-web> informando o CNPJ e o código xCDMt6

Emissão do Documento

07/01/2026 10:03:22

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - PCDF**Atividades Dispensadas de Licenciamento**

| CNAE | Descrição |
|-----------|--|
| 8640-2/02 | Laboratorios clinicos |
| 8640-2/07 | Servicos de diagnostico por imagem sem uso de radiacao ionizante, exceto ressonancia magnetica |

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI**Atividades Dispensadas de Licenciamento**

| CNAE | Descrição |
|-----------|--|
| 8640-2/02 | Laboratorios clinicos |
| 8640-2/07 | Servicos de diagnostico por imagem sem uso de radiacao ionizante, exceto ressonancia magnetica |

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEEDF**Atividades Dispensadas de Licenciamento**

| CNAE | Descrição |
|-----------|--|
| 8640-2/02 | Laboratorios clinicos |
| 8640-2/07 | Servicos de diagnostico por imagem sem uso de radiacao ionizante, exceto ressonancia magnetica |

SUBSECRETARIA DO SISTEMA DE DEFESA CIVIL - SUSDEC**Atividades Dispensadas de Licenciamento**

| CNAE | Descrição |
|-----------|--|
| 8640-2/02 | Laboratorios clinicos |
| 8640-2/07 | Servicos de diagnostico por imagem sem uso de radiacao ionizante, exceto ressonancia magnetica |



ide o certificado no site <https://portalservicos.jucis.df.gov.br/licenciamento-web> informando o CNPJ e o código xCDMt6

Anotação de Atividade do Profissional Farmacêutico - AAPF

O Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal - CRF/DF, criado pela Resolução nº 66, de 24 de abril de 1969, do Conselho Federal de Farmácia, CERTIFICA, para os fins necessários ao setor competente da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, que o(s) farmacêutico(s) abaixo listado(s) inscrito(s) no CRF-DF, está(ao) habilitado(s) a exercer a Responsabilidade Técnica da empresa Vitrium Lab. de Biologia Mol. E Anal. Clin. Ltda (Vitrium Laboratório), situada na Q Qe 1 Area Especial Lt F, , Sala 206 E 207 - GUARÁ I, tipo Laboratório de Análises Clínicas (Laboratório privado) inscrito sob o número 03/000188 do CRF-DF, no período:

(Resolução CFF Nº 507/2009)

| 1281 | Nestor Cobiniano de Melo Neto | | | | | diretor | contratado |
|---------|-------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| DOMINGO | SEGUNDA | TERÇA | QUARTA | QUINTA | SEXTA | SÁBADO | |
| - | 08:00-18:00 | 08:00-18:00 | 08:00-18:00 | 08:00-18:00 | 08:00-18:00 | 08:00-18:00 | 08:00-12:00 |

Brasília/DF, 06 de Janeiro de 2026.




Dra. Anna Maly de Leão e Neves Eduardo
Presidente do CRF/DF

Validade da AAPF: 06 de Janeiro de 2027.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CÉDULA DE IDENTIDADE

CRF/UF
1281 / DF

NOME
DR. NESTOR COBINIANO DE MELO NETO

CATEGORIA PROFISSIONAL
FARMACÊUTICO

DATA DE NASCIMENTO
30/07/1970

DATA DE CONCLUSÃO
12/08/1995

NACIONALIDADE
BRASILEIRA

DIPLOMADO PELA
UEPB

NATURALIDADE/UF
BREJO DOS SANTOS / PB

Nestor Cobiniano de Melo Neto
ASSINATURA DO PORTADOR





CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO DISTRITO FEDERAL

FILIAÇÃO
JOSE OZEAS
MARIA GLORIA DINIZ

RG
1583301 SSP PB

TÍTULO DE ELEITOR
17642472070

GRUPO SANGÜÍNEO
A

FATOR Rh
POSITIVO

LOCAL
BRASÍLIA

DATA DE EXPEDIÇÃO
29/08/1990

ZONA
9

OBSERVAÇÕES

CPF
021.845.364-74

SEÇÃO
172

DATA DE EXPEDIÇÃO
07/09/2015

Ozorio Paiva Filho
OZORIO PAIVA FILHO
PRESIDENTE DO CRF / DF

VÁLIDA COMO PROVA DE IDENTIDADE, PARA QUALQUER EFEITO, DE ACORDO COM A LEI Nº 6.206/75.








Nestor Cobiniano de Melo Neto

Endereço para acessar este CV: <https://lattes.cnpq.br/1394714224353431>

Última atualização do currículo em 21/01/2026

Possui graduação em Farmácia e Bioquímica pela Universidade Estadual da Paraíba (1996). Atualmente é servidor público da secretaria de saúde do Distrito Federal e da Fundação Hemocentro de Brasília. Responsável técnico pelo Vitrium Laboratório de Biologia Molecular, Diagnóstico por imagem e análises clínicas. Especialista em análises clínicas, toxicológicas e citologia clínica. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome Nestor Cobiniano de Melo Neto
Nascimento 30/07/1970 - Brejo dos Santos/PB - Brasil
Lattes ID 1394714224353431
Nome em citações bibliográficas MELO NETO, N. C.

Endereço

Endereço residencial CAAC CHAC 18 LT 3
GUARA I - Brasília
71090185, DF - Brasil
Telefone: 61 33816308

Endereço profissional SES DF
CAAC CHAC 18 LT 3 GUARA I DF
GUARA I - Brasília
71090185, DF - Brasil
Telefone: 61 35672816

Endereço eletrônico E-mail para contato : nestormelo.neto@gmail.com
E-mail alternativo : meloescrita@gmail.com

Idiomas

Inglês Compreende Razoavelmente , Fala Pouco , Escreve Pouco , Lê Razoavelmente

Prêmios e títulos

2025 CONTROLE DE QUALIDADE EXTERNO, PNCQ
2010 REFERENCIA ELOGIOSA, HFA

Formação acadêmica/titulação

2013 - 2017 Especialização em CITOLOGIA CLÍNICA.
IEES - EXTENSAO E POS-GRADUACAO LTDA - ME, IIEPG_PPPROV, Palmas, Brasil

2004 - 2005 Especialização em ANÁLISES CLÍNICAS E TOXICOLÓGICAS.
Instituto de Desenvolvimento Tuiuti, IDT, Curitiba, Brasil

1992 - 1996 Graduação em FARMACIA E BIOQUIMICA.
Universidade Estadual da Paraíba, UEPB, Campina Grande, Brasil
Título: RELATÓRIO DE PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO DE MEDICAMENTOS
Orientador: MARIA DE LOURDES

Atuação profissional

Fundação Hemocentro de Brasília - HEMOCENTRO

2013 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Analista de Atividade Hemocentro , Carga horária: 30, Regime: Fundação Hemocentro de Brasília Parcial

SECRETARIA DE SAUDE DO DISTRITO FDERAL - SES

110 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Especialista em Saude , Carga horária: 20, Regime: SECRETARIA DE SAUDE DO DISTRITO FDERAL Parcial
Outras informações:
Chefe do NPC HBRZ, LABORATÓRIO DE PATOLOGIA CLÍNICA.

.cnpq.br/cvlattesweb/pkg_impctrata



Vitrium Laboratório de Biologia Molecular - VITRIUM

2013 - Atual Vínculo: Corpo Clínico, RT, Enquadramento funcional: Sócio Proprietário, Carga horária: 12, Regime: Vitrium Laboratório de Biologia Molecular Parcial



Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Biológicas / Área: Bioquímica
2. Grande área: Ciências Biológicas / Área: Imunologia
3. Grande área: Ciências Biológicas / Área: Microbiologia
4. Grande área: Ciências Biológicas / Área: Morfologia
5. Grande área: Ciências Biológicas / Área: Genética
6. Grande área: Ciências da Saúde / Área: Farmácia

Produção



Produção bibliográfica

Livros publicados

1.  MELO NETO, N. C.. TEMPO, O ANCIÃO RECONTANDO A HISTÓRIA, ed.1. FLORIANÓPOLIS SC.: 2020, v.1., p.140.
2.  MELO NETO, N. C.; NESTOR, CM NETO. Tempo, o ancião da História, ed.1. Rio de Janeiro: CAMARA BRASILEIRA DE JOVENS ESCRITORES, 2011, v.50., p.110.

Produção técnica

Demais produções técnicas

1. MELO NETO, N. C.. ANEMIA FALCIFORME, 2011. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)
2. MELO NETO, N. C.. CELULAS BRANCAS, 2011. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)
3. MELO NETO, N. C.. HPV EM HUMANOS, 2011. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)
4. MELO NETO, N. C.. LINFOMA DE HODKING, 2011. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)
5.  MELO NETO, N. C.. POPs de BIOQUIMICA e IMUNOLOGIA, 2011. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional)
6.  MELO NETO, N. C.. SETOR DE MICROBIOLOGIA, 2011. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional)
7. MELO NETO, N. C.. TÉCNICAS EMPREGADAS PARA COLETA E PROCESSAMENTO DE AMOSTRAS, 2011. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional)

Eventos

Eventos

Participação em eventos

1. ATUALIZAÇÃO EM BACILOSCOPIA, 2011. (Oficina) .
2. PARTICIPAÇÃO EM ALGUNS CURSOS DE 30 A 100 HS, NA ÁREA DE LABORATÓRIO, 2011. (Outra) .
3. Simposiasta no(a) Apoio, Orientacao e Atualizacao - DST e AIDES, 2008. (Oficina) Discussao.
4. Atualizacao em Antibiograma, 2002. (Simpósio) .
5. Atualizacao em Farmacologia Clinica, 2002. (Simpósio) .

Organização de evento

1. MELO NETO, N. C.. Congresso Brasileiro de Citologia Clínica, 2018. (Congresso, Organização de evento)

Totais de produção

Produção bibliográfica

Livros publicados

2

Produção técnica

de curta duração ministrado (aperfeiçoamento)

4

Desenvolvimento de material didático ou instrucional

3

lattes.cnpq.br/cvattesweb/pkg_impctrata



Eventos

| | |
|-------------------------------------|---|
| Participações em eventos (simpósio) | 2 |
| Participações em eventos (oficina) | 2 |
| Participações em eventos (outra) | 1 |
| Organização de evento (congresso) | 1 |

Outras informações relevantes

- 1 Estágio no Laboratório do HUB-UNB no período de agosto de 1996 a fevereiro de 1997, perfazendo um total de 1320 hs.
Produção de 5 artigos científicos, revisão literária, no ano de 2009/11: Campylobactérias, Linfoma de Hodking e Papiloma virus humano, Células polimorfonucleares e Mononucleares.

Cartas de apresentação emitidas pelas empresas: Unimed, Santa Paula, Bioanálise, Santa Luzia e Placa de reconhecimento pelo trabalho executado nos anos em que serviu no HFA-Brasília.

Página gerada pelo sistema Currículo Lattes em 21/01/2026 às 10:45:37.





UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

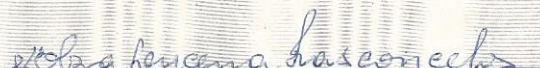
DIPLOMA

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA, NO
USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA A CONCLUSÃO DO CURSO
DE FARMÁCIA EM 12 DE SETEMBRO DE 1995,

CONFERE O TÍTULO DE FARMACÊUTICO
A NESTOR COBINIANO DE MELO NETO
DE NACIONALIDADE BRASILEIRA
NATURAL DE BREJO DOS SANTOS-PB.

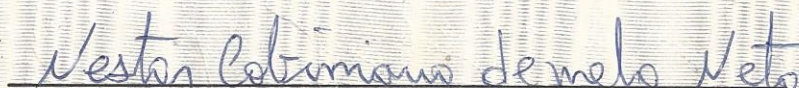
NASCIDO(A) NO DIA 30 DE JULHO DE 1970, PORTA-
DOR(A) DA CÉDULA DE IDENTIDADE N.º 1583301-SSP/PB. E OUTOR-
GA-LHE O PRESENTE DIPLOMA, A FIM DE QUE POSSA GOZAR DE TODOS
OS DIREITOS E PRERROGATIVAS LEGAIS.

CAMPINA GRANDE, 12 DE JUNHO DE 19 96


Prof.ª Maria Renilde de Oliveira Sousa
Pró-Reitora de Ensino de Graduação




Professor Klay Pereira da Silva
Reitor



DIPLOMADO

CURSO DE FARMÁCIA
HABILITAÇÃO FARMACÊUTICO
RECONHECIDO PELO DECRETO FEDERAL
Nº 81.310 , DE 03 / 02 / 1978 , PUBLICADO
NO D. O. U. EDIÇÃO DE 08 / 02 / 1978



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SUBCOORDENAÇÃO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal
CRF - 21

Registro sob o n.º 432
a página 123 do Livro F-13
em 12 de março de 1997

Isaete Soares de Oliveira
Secretária Geral
P. [assinatura]
Presidente

Registrado sob nº 34 do livro M-46,
fls 34, por delegação de competência, nos termos
das Portarias do Departamento de Assuntos Universi-
tários nº 71, de 21.10.1977 e nº 28, de 16.06.1978
e da Portaria da Secretaria de Ensino Superior nº 30,
de 23.05.1979.

Processo nº 003959/96

João Pessoa, 13 de agosto de 19 96

[assinatura]
SUBCOORDENADOR

VISTO: [assinatura]
Pró-Reitor

Isento de selo, de acordo com a alteração
58ª. à Lei n.º 3.519, de 30.12.1958

A P O S T I L A

O Diplomado concluiu nesta
UNIVERSIDADE A HABILITAÇÃO III-
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO.
SCRD, 18 / 11 / 96.



[assinatura]
Maria Genilda Cavalcanti Brito Vieira
Sub-coordenadora do Registro de Diplomas





Universidade Tuuti do Paraná

Credenciada por Decreto Presidencial de 7 de julho de 1997 - D.O.U nº128, 8 de julho de 1997, Seção 1, página 14295

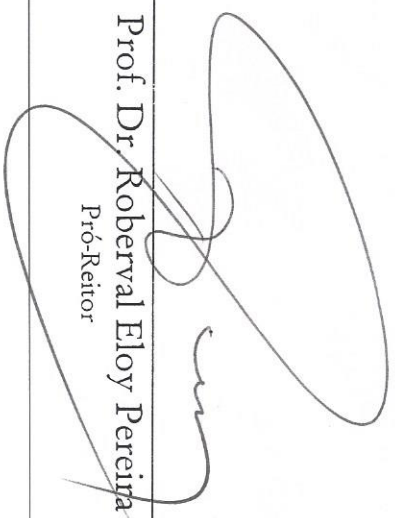


PROPP E
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PESQUISA E EXTENSÃO

Certificado

Conferimos a *Nestor Cobiniano de Melo Neto* o Certificado de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em *Análises Clínicas e Toxicológicas*, modalidade *Lato Sensu*, realizado no período de 20/05/2006 a 11/11/2007, com 435 horas, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais, conforme Resolução n° 1/2007 do CNE/CES e Instruções Normativas da U.T.P.

Curitiba, 2 de dezembro de 2009.


Prof. Dr. Roberval Eloy Pereira
Pró-Reitor


Profª. Dra. Cleide Meirelles Esteves Piragis
Coordenadora da Pós-Graduação *Lato Sensu*



Aluno: Nestor Cobiniano de Melo Neto

| Disciplina | Carga Horária | Média | Professores e Titulações |
|---|---------------|-------|--|
| Bioquímica Clínica I..... | 25h | 10,0 | Alceu de Oliveira Toledo Júnior - Doutor |
| Bioquímica Clínica II..... | 25h | 8,0 | Alceu de Oliveira Toledo Júnior - Doutor |
| Imunologia Clínica I..... | 25h | 8,0 | Anamélia Lorenzetti Bocca - Doutora |
| Imunologia Clínica II..... | 25h | 9,0 | Anamélia Lorenzetti Bocca - Doutora |
| Biologia Molecular..... | 25h | 8,5 | Gustavo Barcellos Barra - Mestre |
| Microbiologia I..... | 25h | 9,0 | Lauro Santos Filho - Doutor |
| Microbiologia II..... | 25h | 9,0 | Lauro Santos Filho - Doutor |
| Gerenciamento e Biossegurança..... | 25h | 9,2 | Mario César Althoff - Especialista |
| Parasitologia Clínica..... | 25h | 9,0 | Angela Rosa André - Especialista |
| Toxicologia Clínica..... | 25h | 8,8 | Ednilza Pereira de Farias Dias - Mestre |
| Citologia Clínica..... | 25h | 8,8 | Gilcilene Maria dos Santos - Mestre |
| Controle de Qualidade..... | 25h | 10,0 | Maria do Céu Borralho e Albuquerque - Mestre |
| Hematologia I..... | 25h | 9,0 | Ana Paula Vendramini - Mestre |
| Hematologia II..... | 25h | 9,0 | Ana Paula Vendramini - Mestre |
| Metodologia Científica..... | 25h | 8,5 | Sandro Germano - Pós-Doutor |
| Docência Superior (Disciplina Optativa)..... | 60h | 9,0 | Nara Maria Pimentel - Doutora |
| Monografia/Artigo: "Campylobacterias Causadoras de Diarréias em Humanos - Uma revisão da Literatura"..... | - | - | |
| Registrado à folha nº 022 sob matrícula nº 038 do Livro nº 018/01 de Certificados de Especialização. | - | 7,5 | |

Critérios de Avaliação:

Valores Mínimos: Freqüência 75%

Aproveitamento em cada disciplina e na monografia: 70%

Coordenação: Sandro Germano - Pós-Doutor

- Período: 20/05/2006 a 11/11/2007

- Carga Horária Total: 435 horas

- Conforme Resolução nº 1/2007 do CNE/CES e Instruções Normativas da U.T.P





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
 Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
 Serviço de Execução de Contratos – SEECON

Ofício nº 104/2026-SEECON/COCDIR/SADCON

Em 6 de março de 2026.

Assunto: Habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista e qualificação econômico-financeira. Verificação referente aos itens 2.6.2, 2.6.3, 2.6.4, 2.9 e 2.15 do Edital de Credenciamento 01/2024.

Senhor Coordenador *em exercício*,

Trata-se de solicitação do órgão gestor do **Edital de Credenciamento 01/2024¹**, Coordenação da Rede Assistencial – CORA/SISAUDE (**Anexo 1**), para verificação da habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista e qualificação econômico-financeira da empresa **VITRIUM LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANÁLISES CLÍNICAS LTDA – CNPJ 18.299.191/0001-08**, conforme disposto **nos itens 2.6.2, 2.6.3, 2.6.4, 2.9 e 2.15 do Edital**.

Os documentos previstos nos itens 2.6.2, 2.6.3, 2.6.4 foram enviados pela proponente (**Anexo 2**). Este SEECON/COCDIR, após o envio dos documentos citados para nossa caixa de e-mail (cocdir@senado.leg.br) pelo órgão gestor, fez as verificações previstas nos itens **2.9 e 2.15 do Edital de Credenciamento 01/2024**, sobre o que informamos:

- a) As informações sobre a habilitação jurídica foram comprovadas através da verificação do que consta na “**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA**” datada de 14/06/2023 (**Anexo 2, p. 3-12**), no Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral – CNPJ (**Anexo 3, p. 1**), no Quadro de Sócios e Administradores (QSA) (**Anexo 3, p. 2**), na documentação comprobatória de designação dos administradores da instituição (**Anexo 2, p. 6**) e no documento que identifica o representante legal da sociedade, o senhor JONAS HONORATO LIMA DE MELO (**Anexo 2, p. 16**).
- b) A regularidade fiscal, social e trabalhista da pretensa contratada foi comprovada por meio de Declaração emitida pelo SICAF e de certidões avulsas emitidas por consulta aos diversos sites oficiais disponíveis (**Anexo 3, p. 3-7**): RFB/PGFN com validade até **01/09/2026**; FGTS com validade até **18/03/2026**; trabalhista com validade até **01/09/2026**; Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal com validade até **03/06/2026**;

¹ Disponível em <https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes/credenciamento-1-2024> Acesso em 05/03/2026.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
Serviço de Execução de Contratos – SEECON

Receita Municipal, isenta; e Comprovante de Inscrição e de Situação no Cadastro Fiscal do Distrito Federal – DIF **emitido em 05/03/2026 (Anexo 3, p. 8-9)**. Complementarmente, consultamos o relatório emitido pelo Tribunal de Contas da União, que apresenta: a) Cadastro de Licitantes Inidôneos, mantido pelo próprio Tribunal de Contas da União; b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA), mantido pelo Conselho Nacional de Justiça; c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e d) do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Portal da Transparência. Não foram encontrados registros que impedissem a Administração de contratar com a proponente em nenhum dos cadastros, conforme atestado no **Anexo 3, p. 10**.

- c) Para garantir a observância do art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002 (acrescido pela Lei nº 14.973/2024), foi realizada a consulta ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), a qual revelou que a situação da empresa se encontra **regular**, conforme consta no **Anexo 3, p. 11**.
- d) A Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com validade **até 04/04/2026**, foi juntada aos autos (**Anexo 3, p. 12**) e confere com o que consta no item 2.6.4 do **Edital de Credenciamento 01/2024**.

Dessa forma, considerando as exigências documentais para habilitação previstas nos itens 2.6.2, 2.6.3, 2.6.4 e as conferências previstas nos itens 2.9 e 2.15 do **Edital de Credenciamento 01/2024**, informamos que a proponente atende aos requisitos citados.

Isto posto, sugerimos o envio dos autos ao órgão gestor para avaliação e providências quanto ao disposto neste expediente.

Respeitosamente,

(verificar assinatura digital)

ROBERTA MESQUITA DA SILVA
COCDIR

(verificar assinatura digital)

ANA CAROLINA COUTINHO VILLANOVA
COCDIR - Revisora





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
Serviço de Execução de Contratos – SEECON

De acordo.

Ao SECRER/CORA para ciência e continuidade da operacionalização do credenciamento.

(verificar assinatura digital)

FERNANDO VERÍSSIMO BRANDIZZI

Coordenador da COCDIR, *em exercício*



COCDIR - Coordenação de Contratações Diretas

De: SECRER – Serviço de Credenciamento e Relacionamento
Enviado em: quarta-feira, 28 de janeiro de 2026 12:36
Para: COCDIR - Coordenação de Contratações Diretas; Ana Carolina Coutinho Villanova; Klaus Medeiros Saettler; Fernando Veríssimo Brandizzi; Alexandre Bastos de Melo; Adriana Cristina Repelevicz de Albernaz
Cc: Sílvia Souza Arcoverde de Melo; Matheus Ferraz Martins; Thayane Silva de Angelo; Marcela Lima Silveira Praxedes; Kamila Pereira de Lima; Vanessa Clementino da Silva
Assunto: ASSUNTO: CREDENCIAMENTO: VITRIUM LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR LTDA. CNPJ:18.299.191/0001-08
Anexos: 08 - CONTRATO SOCIAL.pdf; 10 - CPF E RG - REP LEGAL JONAS.pdf; 11 - CNPJ.pdf; 12 -CND - GDF.pdf; 13 - CND FEDERAL.pdf; 14 - CNDT.pdf; 15 - CND FEDERAL.pdf; 16 - FGTS.pdf; 17 - CERTIDÃO DE FALÊNCIA.pdf; 18 - CARTA PROPOSTA.pdf

Prezados, Boa tarde!


Encaminhamos documentos do prestador, o qual, solicitou formalmente o credenciamento conforme Edital de Credenciamento 01/2024.

**Prestador: VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA
CNPJ: 18.299.191/0001-08**

Atenciosamente,

Helen Melo
Serviço de Credenciamento e Relacionamento do SIS - SECRER
Senado Federal | SIS - SAUDE | CORA
Avenida N2, Bloco 17, Sala 24/25



| | | |
|--|--|--|
|  Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa Departamento de Registro Empresarial e Integração | | Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial) |
| NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 53201881946 | Código da Natureza Jurídica 2062 | Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio |

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Nome: VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



DFN2394189539

| Nº DE VIAS | CÓDIGO DO ATO | CÓDIGO DO EVENTO | QTDE | DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO |
|------------|---------------|------------------|------|---------------------------|
|------------|---------------|------------------|------|---------------------------|

| | | | | |
|---|-----|------|---|--|
| 1 | 002 | | | ALTERACAO |
| | | 051 | 1 | CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO |
| | | 2001 | 1 | ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR |
| | | 2003 | 1 | ALTERACAO DE SOCIO/TITULAR / ADMINISTRADOR |
| | | 2005 | 1 | SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR |

BRASILIA

Local

21 Junho 2023

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

 DECISÃO SINGULAR DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

 SIM SIMProcesso em Ordem
À decisão_____/_____/_____
Data NÃO_____/_____/_____
Data

Responsável

 NÃO_____/_____/_____
Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

 Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) Processo deferido. Publique-se e archive-se. Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

_____/_____/_____
Data_____
Responsável

DECISÃO COLEGIADA

 Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) Processo deferido. Publique-se e archive-se. Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

_____/_____/_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
 o registro sob o nº 2112875 em 22/06/2023 da Empresa VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS
 CNPJ 18299191000108 e protocolo DFN2394189539 - 21/06/2023. Autenticação: C85373CC0B224CD508AF2AB96543FA2285096E. Anna
 a Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 23/073.356-5 e
 go de segurança Ag7k Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/06/2023



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Capa de Processo

| Identificação do Processo | | |
|---------------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
| 23/073.356-5 | DFN2394189539 | 21/06/2023 |

| Identificação do(s) Assinante(s) | | |
|---|-----------------------------|-----------------|
| CPF | Nome | Data Assinatura |
| 078.039.181-07 | JONAS HONORATO LIMA DE MELO | 21/06/2023 |
| Assinado utilizando assinaturas avançadas   | | |

VENTVRIS VENTIS

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal



Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

o registro sob o nº 2112875 em 22/06/2023 da Empresa VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS
CNPJ 18299191000108 e protocolo DFN2394189539 - 21/06/2023. Autenticação: C85373CC0B224CD508AF2AB96543FA2285096E. Anna
a Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 23/073.356-5 e
go de segurança Ag7k Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/06/2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F0F5298400755474.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA

“VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA”

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual:

NESTOR COBINIANO DE MELO NETO, brasileiro, solteiro, farmacêutico, natural de Brejo dos Santos/PB, nascido aos 30/07/1970, filho de José Ozeas e de Maria Gloria Diniz, portador da carteira de identidade sob o N° 1583.301 expedida pela SSP/PB em 29/08/1990 e portador do CPF sob o N° 021.845.364-74, residente e domiciliado à SHIS QI 05, Conjunto 01, Casa 14, Setor de Habitações Individuais Sul, CEP: 71.615-010;

MOISÉS PEREIRA DE ALMEIDA FILHO, brasileiro, casado, Militar da Reserva, natural de Presidente Dutra/MA, nascido aos 21/04/1960, filho de Moises Pereira de Almeida e de Maria Amélia Pereira de Almeida, portador da carteira de identidade sob o N° 108415732-8 expedida pela SIE/DF em 26/08/2010 e inscrito no CPF sob o N° 199.859.163.87, residente e domiciliado Quadra QC 06, Rua F, Casa 02, Jardins Mangueiral, São Sebastião, Brasília/DF, CEP: 71.687-386.

Sócios componentes da sociedade sob a denominação social de “**VITRIUM LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANÁLISES CLINICAS LTDA**”, com sua sede social localizada na Quadra QE 01, Área Especial Lote F, Sala 206 e 207, Guará I, Brasília/DF, CEP: 71.020.037, inscrita no CNPJ sob o N° 18.299.191/0001-08, com seu contrato social devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal sob o NIRE N° 53.20188194-6 por despacho de 06/03/2013, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar e consolidar o seu contrato conforme as cláusulas e condições a seguir:



CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ADMISSÃO DE SÓCIO (A)

Neste ato, fica admitido na sociedade o sócio **JONAS HONORATO LIMA DE MELO**, brasileiro, solteiro, empresário, natural de Brasília/DF, filho de Nestor Cobiniano de Melo Neto e de Maria Pia de Lima, nascido em 07/06/2001, portador da carteira de identidade sob o Nº 3561152 expedida pela SESP/DF e inscrito no CPF sob o Nº 078.039.181-07, residente e domiciliado no SHIS QI 05, Conjunto 01, Casa 14, Setor de Habitações Individuais Sul, CEP: 71.615-010.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIRADA DE SÓCIO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS

Neste ato, retira-se da sociedade o sócio **MOISES PEREIRA DE ALMEIDA FILHO**, já qualificado no preâmbulo deste instrumento, detentor do capital social no valor total de R\$ 100,00 (cem reais) divididos em 100 (cem) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do País, que neste ato, cede e transfere, por livre e espontaneamente vontade, o total de seu capital social a importância de R\$ 100,00 (cem reais) divididos em 100 (cem) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do País, para sócio recém-admitido na sociedade **JONAS HONORATO LIMA DE MELO**, já qualificado na cláusula primeira desse instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA TRANSFERÊNCIA DE COTAS

Neste ato, o sócio **NESTOR COBINIANO DE MELO NETO**, já qualificado no preâmbulo deste instrumento, detentor do capital social no valor total de R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais) divididos em 9.900 (nove mil e novecentas) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do País, que neste ato, cede e transfere, por livre e espontaneamente vontade, parte de seu capital social a importância de R\$ 900,00 (novecentos reais) divididos em 900 (novecentas) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do País, para sócio recém-admitido na sociedade **JONAS HONORATO LIMA DE MELO**, já qualificado na cláusula primeira desse instrumento.



Paragrafo primeiro – O sócio **NESTOR COBINIANO DE MELO NETO**, já qualificado no preâmbulo desse instrumento, que após a transferência de parte de suas quotas, nos termos da cláusula terceira deste instrumento, passa ser detentor do capital social no valor total de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) divididos em 9.000 (nove mil) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do País.

Paragrafo segunda – O socio **JONAS HONORATO LIMA DE MELO**, ja qualificado na cláusula primeira desse instrumento, que após o recebimento das quotas, nos termos da cláusula segunda e terceira deste instrumento, passa ser detentor do capital social no valor total de R\$ 1.000,00 (mil reais) divididos em 1.000 (mil) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do País

Parágrafo Terceiro – O sócio **MOISES PEREIRA DE ALMEIDA FILHO**, já qualificado no preâmbulo deste instrumento, dá plena, geral e irrevogável quitação das cotas ora transferidas, para nada reclamar perante a sociedade, ou fora dela.

Em face do acima estabelecido o capital social fica distribuído para o sócio da seguinte forma:

| SÓCIOS | QUOTAS | R\$ | % |
|--------------------------------------|----------------|----------------------|--------------|
| JONAS HONORATO LIMA DE MELO | 1.000 | R\$ 1.000,00 | 10% |
| NESTOR COBINIANO DE MELO NETO | 9.000 | R\$ 9.000,00 | 90% |
| TOTAL | 10.000. | R\$ 10.000,00 | 100 % |

CLÁUSULA QUARTA - RESPONSABILIDADE DO SÓCIO

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.



CLÁUSULA QUINTA

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA – DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE (ARTS. 997, VI; 1.013; 1.015; 1.064 DO CC).

Neste ato a administração da sociedade passara ser exercida unicamente pela sócia administrador **JONAS HONORATO LIMA DE MELO** já qualificada na cláusula primeira deste instrumento, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

CLÁUSULA SÉTIMA- DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR(ART. 1.011, § 1º, DO CC E ART. 37, II, DA LEI Nº 8.934, DE 1994).

O sócio administrador da sociedade declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA OITAVA

Em razão da modificação acima mencionado, a empresa resolve consolidar seu contrato conforme cláusulas e condições seguintes:



CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

“VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA”

Para tanto, passa a transcrever, na integra, o contato social da sociedade limitada com o teor seguinte:

JONAS HONORATO LIMA DE MELO, brasileiro, solteiro, empresário, natural de Brasília/DF, filho de Nestor Cobiniano de Melo Neto e de Maria Pia de Lima, nascido em 07/06/2001, portador da carteira de identidade sob o N° 3561152 expedida pela SESP/DF e inscrito no CPF sob o N° 078.039.181-07, residente e domiciliado no SHIS QI 05, Conjunto 01, Casa 14, Setor de Habitações Individuais Sul, CEP: 71.615-010.

NESTOR COBINIANO DE MELO NETO, brasileiro, solteiro, farmacêutico, natural de Brejo dos Santos/PB, nascido aos 30/07/1970, filho de José Ozeas e de Maria Gloria Diniz, portador da carteira de identidade sob o N° 1583.301 expedida pela SSP/PB em 29/08/1990 e portador do CPF sob o N° 021.845.364-74, residente e domiciliado à SHIS QI 05, Conjunto 01, Casa 14, Setor de Habitações Individuais Sul, CEP: 71.615-010.

Únicos sócios componentes da sociedade limitada “LTDA” sob a denominação social de **“VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA”** com sua sede social localizada na Quadra QE 01, Área Especial Lote F, Sala 206 e 207, Guará I, Brasília/DF, CEP: 71.020.037, inscrita no CNPJ sob o N° 18.299.191/0001-08, com seu contrato social devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal sob o NIRE N° 53.20188194-6 por despacho de 06/03/2013, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar e consolidar o seu contrato conforme as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO NOME EMPRESARIAL (ART. 997, II, DO CC)

A sociedade tem como nome empresarial de **“VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA**



MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA”.**CLÁUSULA SEGUNDA - DA SEDE (ART. 997, II, DO CC)**

A sociedade tem sua sede social localizada na Quadra QE 01, Área Especial Lote F, Sala 206 e 207, Guará I, Brasília/DF, CEP: 71.020.037.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO SOCIAL (ART. 997, II, DO CC)

A sociedade tem como o objeto social: **Atividades dos laboratórios de biologia molecular, citopatologia, diagnóstico por imagem ultra sonografia, as atividades dos laboratórios de anlises clínicas e toxicologicas e coleta laboratorial.**

CLÁUSULA QUARTA - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E DO PRAZO (ART. 53, III, F, DO DECRETO N 1.800, DE 1996).

A sociedade iniciou suas atividades em 20/05/2013 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - DO CAPITAL SOCIAL (ART. 997, III E IV E ARTS. 1.052 E 1.055 DO CC)

O capital social da sociedade é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) divididos em 10.000 (dez mil) quotas(s), no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cada uma, totalizando o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo nico. O capital encontra-se totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do Pais pelo sócio da seguinte forma:

| SÓCIOS | QUOTAS | R\$ | % |
|-------------------------------|----------------|----------------------|--------------|
| JONAS HONORATO LIMA DE MELO | 1.000 | R\$ 1.000,00 | 10% |
| NESTOR COBINIANO DE MELO NETO | 9.000 | R\$ 9.000,00 | 90% |
| TOTAL | 10.000. | R\$ 10.000,00 | 100 % |

CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADE DO SÓCIO

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos



respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA OITAVA - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE (ARTS. 997, VI; 1.013;1.015; 1.064 DO CC).

A administração da sociedade é exercida pelo sócio administrador **JONAS HONORATO LIMA DE MELO** ja qualificado na cláusula primeira deste instrumento, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

CLÁUSULA NONA - DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (ART. 1.011, § 1º, DO CC E ART. 37, II, DA LEI Nº 8.934, DE 1994).

O sócio administrador da sociedade declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.



CLÁUSULA DÉCIMA - DO ENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

O(s) sócio(s) declara(ão) que a sociedade se enquadra como Empresa de Pequeno Porte - EPP, nos termos da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, II, da Lei Complementar no 123, de 2006).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO BALANÇO PATRIMONIAL (ART. 1.065 DO CC).

Ao término de cada exercício, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas na proporção de suas quotas (se for o caso).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DELIBERAÇÃO DE CONTAS DO ADMINISTRADOR

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberaram sobre as contas e designara um novo administrador (es), quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMATERCEIRA - ABERTURA DE FILIAIS

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RETIRADA DE PRÓ-LABORE

O(s) sócio poderá (ão) de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de “pró-labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Parágrafo Único – O administrador terá direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, dentro dos limites máximos estabelecidos pela legislação pertinente.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Em caso de falecimento ou interdição de qualquer o(a) sócio(a), a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do (s) sócio (s) remanescente (s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RETIRADA DE SÓCIO

O(s) sócio(s) que desejar(em) se retirar da Sociedade, deverá manifestar sua intenção, com 60 (sessenta) dias de antecedência, por meio de carta protocolada ou notificação extrajudicial ou judicial.

Parágrafo Único: A apuração dos haveres do sócio retirante deverá ser realizada com fundamento em balanço especial extraordinário, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da comunicação de retirada pela Empresa e os haveres apurados serão pagos conforme Assembleia Extraordinária entre o(s) sócio(s) convocado(s) especialmente para este fim.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ACORDO(S) DE QUOTISTAS E A DISTRIBUIÇÃO DESPROPORCIONAL DE LUCROS E PERDAS

O(s) sócio(s) poderá(ão) definir, em acordo(s) de quotistas, a distribuição desproporcional de lucros e perdas, conforme autorizado pelo art. 1.007 do Código Civil Brasileiro, bem como a compra e venda de suas quotas, a preferência para adquiri-las, o exercício do direito a voto ou do poder de controle, e outras matérias específicas que os sócios ajustarem, sempre por unanimidade, devendo o(s) Acordo(s) de Quotistas ser observados pela Sociedade quando arquivados na sua sede, consoante aplicação



supletiva do art. 118 da Lei 6.404/76.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei nº 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

Fica eleito o foro de Brasília-DF, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste instrumento.

E, estando o(s) sócio(s) justo(s) e contratado(s), assinam o presente instrumento de alteração contratual, arquivando-se na **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal (JUCIS-DF)**, de acordo com a legislação em vigor.

Brasília/DF, 14 de junho de 2023

JONAS HONORATO LIMA DE MELO

NESTOR COBINIANO DE MELO NETO

MOISÉS PEREIRA DE ALMEIDA FILHO





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Documento Principal

| Identificação do Processo | | |
|---------------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
| 23/073.356-5 | DFN2394189539 | 21/06/2023 |

| Identificação do(s) Assinante(s) | | |
|---|-----------------------------|-----------------|
| CPF | Nome | Data Assinatura |
| 078.039.181-07 | JONAS HONORATO LIMA DE MELO | 21/06/2023 |
| Assinado utilizando assinaturas avançadas   | | |

| | | |
|---|---------------------------------|------------|
| 199.859.163-87 | MOISÉS PEREIRA DE ALMEIDA FILHO | 21/06/2023 |
| Assinado utilizando assinaturas avançadas   | | |

| | | |
|---|-------------------------------|------------|
| 021.845.364-74 | NESTOR COBINIANO DE MELO NETO | 21/06/2023 |
| Assinado utilizando assinaturas avançadas   | | |

VENTVRIS VENTIS

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal



Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

do registro sob o nº 2112875 em 22/06/2023 da Empresa VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS
CNPJ 18299191000108 e protocolo DFN2394189539 - 21/06/2023. Autenticação: C85373CC0B224CD508AF2AB96543FA2285096E. Anna
a Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 23/073.356-5 e
go de segurança Ag7k Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/06/2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F0F5298400755474.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Distrito Federal
 Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal
 Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL







Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA, de CNPJ 18.299.191/0001-08 e protocolado sob o número 23/073.356-5 em 21/06/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 2112875, em 22/06/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador CAMILA MOUTINHO DE OLIVEIRA.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

| Assinante(s) | | |
|---|-----------------------------|-----------------|
| CPF | Nome | Data Assinatura |
| 078.039.181-07 | JONAS HONORATO LIMA DE MELO | 21/06/2023 |
| Assinado utilizando assinaturas avançadas   | | |

Documento Principal

| Assinante(s) | | |
|---|---------------------------------|-----------------|
| CPF | Nome | Data Assinatura |
| 078.039.181-07 | JONAS HONORATO LIMA DE MELO | 21/06/2023 |
| Assinado utilizando assinaturas avançadas   | | |
| 021.845.364-74 | NESTOR COBINIANO DE MELO NETO | 21/06/2023 |
| Assinado utilizando assinaturas avançadas   | | |
| 199.859.163-87 | MOISÉS PEREIRA DE ALMEIDA FILHO | 21/06/2023 |
| Assinado utilizando assinaturas avançadas   | | |

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 14/06/2023



Documento assinado eletronicamente por CAMILA MOUTINHO DE OLIVEIRA, Servidor(a) Público(a), em 22/06/2023, às 09:36.

VENTVRIS VENTIS



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisdf](http://portalservicos.jucis.df.gov.br) informando o número do protocolo 23/073.356-5.



Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
 o registro sob o nº 2112875 em 22/06/2023 da Empresa VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS
 CNPJ 18299191000108 e protocolo DFN2394189539 - 21/06/2023. Autenticação: C85373CC0B224CD508AF2AB96543FA2285096E. Anna
 a Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 23/073.356-5 e
 go de segurança Ag7k Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/06/2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F0F5298400755474.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

| Identificação do(s) Assinante(s) | |
|----------------------------------|------------------------------------|
| CPF | Nome |
| 816.021.031-00 | ANNA CLAUDIA LEITE MESQUITA GARCIA |

VENTVRIS VENTIS

Brasília, quinta-feira, 22 de junho de 2023



Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

so registro sob o nº 2112875 em 22/06/2023 da Empresa VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS
CNPJ 18299191000108 e protocolo DFN2394189539 - 21/06/2023. Autenticação: C85373CC0B224CD508AF2AB96543FA2285096E. Anna
a Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 23/073.356-5 e
go de segurança Ag7k Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/06/2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F0F5298400755474.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| | | |
|--|--|---------------------------------------|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 18.299.191/0001-08 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA 06/06/2013 |
| NOME EMPRESARIAL VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) VITRIUM LABORATORIO | PORTE EPP | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.40-2-02 - Laboratórios clínicos | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 86.40-2-07 - Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada | | |
| LOGRADOURO Q QE 1 AREA ESPECIAL LOTE F | NÚMERO S/N | COMPLEMENTO SALA 206 E 207 |
| CEP 71.020-037 | BAIRRO/DISTRITO GUARA I | MUNICÍPIO BRASILIA |
| UF DF | ENDEREÇO ELETRÔNICO VITRIUMLABORATORIO@GMAIL.COM | |
| TELEFONE (61) 3526-6966 | | |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ***** | | |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/06/2013 | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **14/01/2026** às **08:39:29** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO NO CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL - DIF

Imprimir

| CF/DF | CPF/CNPJ | Data Concessão | FAC - Número do Protocolo | Natureza Jurídica/Tipo de Contribuinte | | |
|--|--------------------|----------------|---|--|---------------|----------|
| 07.646.288/001-00 | 18.299.191/0001-08 | 14/06/2013 | 288518/49 | SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA | | |
| Denominação social | | | Título do Estabelecimento - Nome Fantasia | Situação Cadastral | Data Situação | |
| VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA | | | VITRIUM LABORATORIO | ATIVO | 14/06/2013 | |
| Endereço | | | Bairro | Cidade | UF | CEP |
| QE 1 AREA ESPECIAL LOTE F S/N SALA 206 E 207 | | | GUARA I | BRASILIA | DF | 71020037 |

| Qualificação do Contribuinte ISS | | |
|--|-----------------------|-----------------------------|
| Regime de Tributação | Data de enquadramento | |
| NORMAL | 20/05/2013 | |
| Descrição Atividade Econômica Principal | Código da Atividade | Data de Início de Atividade |
| LABORATÓRIOS CLÍNICOS | Q864020200 | 20/05/2013 |
| Atividades secundárias | | |
| Descrição Atividade Econômica | Código da Atividade | Data de Início de Atividade |
| SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM SEM USO DE RADIAÇÃO IONIZANTE, EXCETO RESSONÂNCIA MAGNÉTICA | Q864020700 | 20/05/2013 |

Este documento foi emitido no dia 14/01/2026 na Internet pelo portal Agênci@Net





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA
CNPJ: 18.299.191/0001-08

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:06:34 do dia 14/01/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 13/07/2026.

Código de controle da certidão: **FD3.5B2B.715A.15F8**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

CNPJ: 18.299.191/0001-08

Certidão nº: 5589500/2026

Expedição: 27/01/2026, às 16:01:57

Validade: 26/07/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que o CNPJ sob o nº **18.299.191/0001-08**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

Certidão expedida sem indicação do nome/razão social, tendo em vista que o CPF/CNPJ consultado não figura na última versão da base de dados da Receita Federal do Brasil - RFB enviada ao Tribunal Superior do Trabalho - TST. Para saber a situação desse CPF/CNPJ, consulte o sítio da RFB (www.receita.fazenda.gov.br).

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA
CNPJ: 18.299.191/0001-08

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:06:34 do dia 14/01/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 13/07/2026.

Código de controle da certidão: **FD3.5B2B.715A.15F8**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 18.299.191/0001-08
Razão Social: VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CL
Endereço: Q QE 1 AR F S/N SALA 206 E 207 / GUARA I / BRASILIA / DF / 71020-037

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/01/2026 a 08/02/2026

Certificação Número: 2026011004272070788644

Informação obtida em 27/01/2026 16:04:28

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br




TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 14/01/2026, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA
18.299.191/0001-08

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8o, § 2o da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) As certidões de Falência e Recuperação Judicial, Cível ou Especial atendem ao disposto no inciso II do artigo 69 da Lei 14133/2021.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 14/01/2026

Selo digital de segurança: **2026.CTD.W7I9.04N7.K3JW.W3ON.1XWK**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| | | |
|--|---|---------------------------------------|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 18.299.191/0001-08 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA 06/06/2013 |
| NOME EMPRESARIAL VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) VITRIUM LABORATORIO | | PORTE EPP |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.40-2-02 - Laboratórios clínicos | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 86.40-2-07 - Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada | | |
| LOGRADOURO Q QE 1 AREA ESPECIAL LOTE F | NÚMERO S/N | COMPLEMENTO SALA 206 E 207 |
| CEP 71.020-037 | BAIRRO/DISTRITO GUARA I | MUNICÍPIO BRASILIA |
| | | UF DF |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO VITRIUMLABORATORIO@GMAIL.COM | | TELEFONE (61) 3526-6966 |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ***** | | |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/06/2013 | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **05/03/2026** às **11:15:32** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:

18.299.191/0001-08

NOME EMPRESARIAL:

VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA

CAPITAL SOCIAL:

R\$10.000,00 (Dez mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:

NESTOR COBINIANO DE MELO NETO

Qualificação:

22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:

JONAS HONORATO LIMA DE MELO

Qualificação:

49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 05/03/2026 às 11:16 (data e hora de Brasília).





Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: **18.299.191/0001-08** DUNS®: **945315932**
 Razão Social: **VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA**
 Nome Fantasia: **VITRIUM LABORATORIO**
 Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **21/05/2026**
 Natureza Jurídica: **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
 MEI: **Não**
 Porte da Empresa: **Empresa de Pequeno**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Nada Consta**
 Impedimento de Licitar: **Nada Consta**
 Ocorrências Impeditivas indiretas: **Nada Consta**
 Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA
CNPJ: 18.299.191/0001-08

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:19:00 do dia 05/03/2026 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/09/2026.

Código de controle da certidão: **8E36.AB30.A347.75AF**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 18.299.191/0001-08
Razão Social: VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CL
Endereço: Q QE 1 AR F S/N SALA 206 E 207 / GUARA I / BRASILIA / DF / 71020-037

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/02/2026 a 18/03/2026

Certificação Número: 2026021704012070788653

Informação obtida em 05/03/2026 11:20:08

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 18.299.191/0001-08
Certidão n°: 14112095/2026
Expedição: 05/03/2026, às 11:23:56
Validade: 01/09/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **18.299.191/0001-08**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº: 072042820592026
NOME: VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA
ENDEREÇO: QE 1 AREA ESPECIAL LOTE F SALA 206 E 207 S/N
CIDADE: GUARA I
CNPJ: 18.299.191/0001-08
CF/DF: 0764628800100
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

**Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 03 de junho de 2026. ***

emitida via internet em 05/03/2026 às 11:21:29 e deve ser validada no endereço <https://www.receita.fazenda.df.gov.br>.



CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO NO CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL - DIF

[Imprimir](#)

| CF/DF | CPF/CNPJ | DataConcessão | FAC - Número do Protocolo | Natureza Jurídica/Tipo de Contribuinte | | | | |
|--|--------------------|---------------|---|--|--------------------|----|---------------|--|
| 07.646.288/001-00 | 18.299.191/0001-08 | 14/06/2013 | 288518/49 | SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA | | | | |
| Denominação social | | | Título do Estabelecimento - Nome Fantasia | | Situação Cadastral | | Data Situação | |
| VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA | | | VITRIUM LABORATORIO | | ATIVO | | 14/06/2013 | |
| Endereço | | | | Bairro | Cidade | UF | CEP | |
| QE 1 AREA ESPECIAL LOTE F S/N SALA 206 E 207 | | | | GUARA I | BRASILIA | DF | 71020037 | |



| Qualificação do Contribuinte ISS | | |
|--|------------------------------|------------------------------------|
| Regime de Tributação | Data de enquadramento | |
| NORMAL | 20/05/2013 | |
| Descrição Atividade Econômica Principal | Código da Atividade | Data de Início de Atividade |
| LABORATÓRIOS CLÍNICOS | Q864020200 | 20/05/2013 |
| Atividades secundárias | | |
| Descrição Atividade Econômica | Código da Atividade | Data de Início de Atividade |
| SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM SEM USO DE RADIAÇÃO IONIZANTE, EXCETO RESSONÂNCIA MAGNÉTICA | Q864020700 | 20/05/2013 |

Este documento foi emitido no dia 05/03/2026 na Internet pelo portal Agenci@Net



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO****Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica**

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 05/03/2026 11:25:29

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA**
CNPJ: **18.299.191/0001-08**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)

Consulta Contratante

Emissão em 05/03/2026, 11:26

CPF / CNPJ: **18.299.191/0001-08** Situação para a Esfera Federal: **REGULAR**

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR

Código de Validação: NTUzMDkyYjcxM2Y2MzYxZWY2MWI1OTM3ZTNhYTk1ZTI1ZWE3OTc0ODg0Yjk5OWM4OTA2ZTQ2N2M3NzcxZDBkOQ==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios



Este documento não dispensa a consulta ao Cadin a ser realizada pela Administração Pública no momento da operação a que se destina


TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 05/03/2026, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA
18.299.191/0001-08

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) As certidões de Falência e Recuperação Judicial, Cível ou Especial atendem ao disposto no inciso II do artigo 69 da Lei 14133/2021.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 05/03/2026

Selo digital de segurança: **2026.CTD.TGRF.UBUP.D4X9.TLQA.NDU4**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 18.299.191/0001-08
Razão Social: VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CL
Endereço: Q QE 1 AR F S/N SALA 206 E 207 / GUARA I / BRASILIA / DF / 71020-037

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/03/2026 a 07/04/2026

Certificação Número: 2026030904122070788696

Informação obtida em 09/03/2026 09:38:34

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



SENADO FEDERAL
Secretaria Integrada de Saúde
Coordenação da Rede Assistencial

Ofício nº 73/2026 – SECRER/CORA/SISAUDE

Em 16 de março de 2026.

À DGER

Assunto: Credenciamento de prestador de saúde - autorização de despesa.

Senhora Diretora,

Trata-se de credenciamento de interessada em prestar serviços técnicos de saúde ao Senado Federal, nos termos do Edital de Credenciamento nº 01/2024¹.

Recebemos a proposta de credenciamento da empresa Vitrium Laboratório de Biologia Molecular e Análises Clínicas Ltda.², junto a respectiva documentação, registrada sob o CNPJ nº 18.299.191/0001-08.

Diante da solicitação de credenciamento, sob a égide do novo Edital supracitado, o solicitante declara estar ciente da extinção do contrato do termo de credenciamento nº 0113/2020 e início da vigência do presente termo de contrato de credenciamento. Não pode haver interstício entre a finalização do contrato vigente e o início do novo, haja vista diversos tratamentos de saúde contínuos.

O órgão jurídico emitiu parecer sobre a minuta contratual presente no Edital de Credenciamento – Pareceres 803/2023 e 186/2024³. Ademais, a Diretoria-Geral autorizou a inexigibilidade de contratação, assim como aprovou o Termo de Referência elaborado por este órgão técnico (OT) por meio do Despacho 1542/2024-DGER⁴.

O presente credenciamento foi aprovado, inclusive no que dispõe a cláusula de preços da minuta contratual, conforme Instrução Normativa nº 20/2024 do Conselho de Supervisão do SIS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 55, inciso IV, do Regulamento do Sistema Integrado de Saúde - SIS, aprovado pelo Anexo VI do Ato da Comissão Diretora nº 14/2022.

Foi elaborada estimativa de custos para a presente contratação com fundamento no histórico de pagamentos realizados a essa empresa no ano de 2025. O valor anual estimado para a presente contratação é de **R\$ 19.861,69** (Dezenove mil, oitocentos e sessenta e um reais e sessenta e nove centavos).

¹ 00200.013391/2023-71

² 00.100.046035/2026-12

³ 00100.217144/2023-70 e 00100.049572/2024-44

⁴ 00100.074649/2024-14





SENADO FEDERAL

Secretaria Integrada de Saúde
Coordenação da Rede Assistencial

Conforme ofício 104/2026⁵, emitido pela COCDIR após análise documental, a habilitação jurídica, a regularidade fiscal, social e trabalhista e a qualificação econômico-financeira foram comprovadas por meio das certidões anexas a esse documento (documentação referente aos itens 2.6.2, 2.6.3 e 2.6.4 do edital). Complementarmente, foi realizada pela COCDIR a consulta a sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, em especial os seguintes: I - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta; II. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP); III. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e IV. Consulta consolidada de pessoa jurídica (TCU).

Da mesma forma, a capacidade técnica foi atestada após análise do SECRER dos documentos anexos (referente ao item 2.6.1 do edital). Além disso, o SECRER analisou e atesta que todos os anexos previstos no item 2.7 do Edital foram apresentados e juntados ao processo de credenciamento.

Conforme parecer de vistoria técnica favorável, em anexo, a empresa está habilitada para prestar os serviços de saúde referidos no contrato.

Para o presente credenciamento indicamos como órgão gestor responsável a CORA.

Conforme a portaria da Diretoria-Geral nº 4296 de 2025⁶, ficou instituída a Comissão de Contratações Diretas para exame e julgamento dos documentos relativos aos procedimentos auxiliares de contratações.

Por último, a COPAC/SAFIN informa que existem recursos orçamentários e recursos do Fundo de Reserva do SIS, para o exercício de 2026, vide os termos da Informação nº 035/2026 - COPAC/SAFIN⁷.

Esse é o relatório.

Isto posto, sugerimos enviar os presentes autos à Senhora Diretora-Geral para:

1. AUTORIZAR a celebração do distrato do Credenciamento nº 0113/2020 (credenciamento antigo cuja vigência deverá ser encerrada);
2. AUTORIZAR o Credenciamento nos termos do Edital de credenciamento Nº 01/2024;
3. APROVAR a minuta do termo de credenciamento em anexo; e

⁵ 00100.041319/2026-12

⁶ 00100.184599/2025-63

⁷ 00100.007283/2026-30



**SENADO FEDERAL**

Secretaria Integrada de Saúde
Coordenação da Rede Assistencial

4. AUTORIZAR a despesa no valor anual ESTIMADO de **R\$ 19.861,69** (Dezenove mil, oitocentos e sessenta e um reais e sessenta e nove centavos).

Após, o processo deverá ser encaminhado à SADCON para colher as assinaturas no Termo de Credenciamento e publicação no Diário Oficial da União.

Alerta-se que a prestação dos serviços somente poderá ter início após a homologação dos cadastros pela autoridade competente e a respectiva publicação na imprensa oficial.

Respeitosamente,

(verificar assinatura digital)

VIVIANE SCHÜNEMANN

Coordenadora da CORA

**Integrante da Comissão de Contratações Diretas
Portaria da Diretoria-Geral nº 4296, de 2025**

(verificar assinatura digital)

MATHEUS FERRAZ MARTINS

Chefe do SECRER

**Integrante da Comissão de Contratações Diretas
Portaria da Diretoria-Geral nº 4296, de 2025**

De acordo.

À Diretoria-Geral, para análise e deliberação.

(verificar assinatura digital)

DANIELE CARVALHO CALVANO MENDES

Diretora da SISAUDE

**Integrante da Comissão de Contratações Diretas
Portaria da Diretoria-Geral nº 4296, de 2025**





SENADO FEDERAL

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, **VITRIUM LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANÁLISES CLÍNICAS LTDA**, para a prestação de serviços de assistência à saúde no Distrito Federal aos beneficiários inscritos do Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal – SIS.

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, e **VITRIUM LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANÁLISES CLÍNICAS LTDA**, com sede na Quadra QE 1, Área Especial, Lote F, salas 206 e 207, Edifício Centro Clínico Guará, CEP 71020-037, Guará I, Brasília - DF, telefone nº (61) 3526-6966, CNPJ/MF nº 18.299.191/0001-08, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. JONAS HONORATO LIMA DE MELO, CI nº 3561152, expedida pela SESP-DF, CPF nº 078.039.181-07, resolvem celebrar o presente Contrato de Credenciamento, amparado pelo **Edital de Credenciamento nº 01/2024**, decorrente de inexigibilidade de licitação, com base no art. 74, inciso IV, combinado com o art. 79 da Lei nº 14.133/2021, autorizada pela Senhora Diretora-Geral, conforme documento digital nº 00100.074649/2024-14, do Processo nº 00200.013391/2023-71, observado os Pareceres nº 803/2023 e 186/2024 – ADVOSF, documentos digitais nº 00100.217144/2023-70 e 00100.049572/2024-44, incorporando a este instrumento o edital de credenciamento e seus anexos, a solicitação de credenciamento e a carta proposta apresentadas pela CONTRATADA, documento digital nº 00100.046035/2026-12, bem como o Termo de Referência, documento digital nº 00100.066969/2024-09-1, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e dos Atos da Diretoria-Geral nº 14 de 2022 e 15 de 2022, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de



SENADO FEDERAL

serviços de saúde para:

I - a prestação de serviços de assistência à saúde no Distrito Federal, no âmbito das especializações da CONTRATADA, como discriminado na proposta apresentada pela CONTRATADA, aos beneficiários inscritos no Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal – SIS, aos senadores e seus dependentes, ex-senadores e respectivos cônjuges, durante 60 (sessenta) meses consecutivos, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato;

II - a prestação de serviços descritos no programa de Exames Periódicos de Saúde (EPS) no Distrito Federal aos servidores do SENADO referenciados à avaliação de saúde pela equipe técnica, durante 60 (sessenta) meses consecutivos, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas no **edital de credenciamento** e em seus anexos, neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram seu credenciamento;
- II - apresentar alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato, salvo aquelas cujo pagamento ou cuja retenção seja, legalmente, do tomador dos serviços, não havendo qualquer vínculo empregatício com o SENADO em decorrência dos serviços prestados;
- IV - manter preposto para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário.
- V - manter documentação e outros dados atualizados e informar alterações ao CONTRATANTE, inclusive razão social, nome fantasia, endereço, telefone, e-mail, horários de atendimento, relação de corpo clínico e especialidades. Poderá ser exigido da CONTRATADA que preencha fichas cadastrais em arquivo eletrônico, em leiaute a ser definido pelo SIS.
- VI - manter, durante toda vigência do contrato de credenciamento, o quantitativo de profissionais necessários à perfeita execução dos serviços, de acordo com os objetivos da pessoa jurídica e com as especialidades e áreas de atuação apresentadas na carta-proposta.
- VII - comunicar ao Gestor ou à Comissão de Gestão do contrato todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços objeto do contrato, relatando-as com dados e circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos;



SENADO FEDERAL

- VIII** - realizar os serviços ajustados nas especialidades constantes de sua proposta;
- IX** - retificar, sem ônus para o SENADO, quaisquer trabalhos que, por motivos inimputáveis aos beneficiários, exijam reparação, desde que comprovada a existência de culpa ou dolo da CONTRATADA;
- X** - prestar, aos beneficiários da CONTRATANTE, tratamento idêntico ao dispensado a particulares, respeitando as normas de controle de atendimento e de fluxo de pessoas em suas dependências.
- XI** - fornecer à CONTRATANTE a relação dos profissionais e de suas áreas de especialização, bem como endereço de atendimento, a ser informada aos beneficiários, com dados que orientem e facilitem a livre escolha, comunicando as alterações, sempre que ocorrerem;
- XII** - manter registro de atendimento dos beneficiários da CONTRATANTE, inclusive prontuários e relatórios individualizados, por tipo de atendimento, que permitam o acompanhamento, a supervisão e o controle dos serviços;
- XIII** - solicitar autorização dos atendimentos no portal do plano de saúde de acordo com os prazos definidos pelo SIS.
- XIV** - comunicar à CONTRATANTE a mudança de endereço da CONTRATADA, devendo esta suspender os atendimentos temporariamente, até a emissão de parecer favorável por equipe técnica designada pela CONTRATANTE. A CONTRATADA também deverá comunicar ao SENADO a autorização expressa do retorno aos atendimentos.
- XV** - atender ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), observando, ainda, o **Anexo VIII do Edital de Credenciamento**.
- XVI** - disponibilizar à Perícia do SIS e/ou a órgão competente do SENADO local específico para realização de auditoria ou perícia nas contas apresentadas, mediante agendamento prévio.
- XVII** - disponibilizar à CONTRATANTE documentação, nos casos admitidos pelo Código de Ética Médica e outros instrumentos legais pertinentes, para fins de auditoria ou determinação judicial.
- XVIII** - permitir a auditoria técnica nas situações a seguir:
- a) identificação do beneficiário junta ao setor de admissão da CONTRATADA onde estiver sendo assistido;
 - b) análise do prontuário e demais registros clínicos. Os prontuários dos pacientes, bem como todas as anotações e peças que os compõem, tais como boletins de anestesia, resultados de exames, laudos, pareceres e relatórios de enfermagem,



SENADO FEDERAL

poderão ser consultados por auditores formalmente indicados pela CONTRATANTE;

- c) visita ao paciente para avaliação de seu estado, correlacionando-o com o prontuário e com os demais registros clínicos;
- d) discussão dos casos com a (s) equipe (s) médica (s) assistente (s), sempre que necessário para o satisfatório desempenho das funções de auditoria;
- e) preenchimento do relatório de auditoria hospitalar; e
- f) auditoria das faturas médico-hospitalares, correlacionando prontuário do paciente e relatório de auditoria hospitalar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO QUINTO – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

PARÁGRAFO SEXTO – Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CREDENCIADA deverão ser instruídos pelo SENADO no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O prazo de instrução referido no **Parágrafo Sexto desta Cláusula** somente terá início após a verificação por parte do Gestor da avença acerca dos pressupostos de admissibilidade do pedido previstos no art. 123 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA iniciará a execução do objeto deste contrato em data a ser definida e previamente informada pelo SENADO à CONTRATADA após a celebração do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA executará os serviços complementares à saúde, eletivos e emergenciais, objeto do contrato, compreendendo assistência integral à saúde na área hospitalar e ambulatorial, no âmbito das especializações da CONTRATADA, aos senadores e seus dependentes, ex-senadores e respectivos cônjuges, bem como aos beneficiários inscritos do Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal – SIS, sendo a forma e o local de



SENADO FEDERAL

atendimento aqueles constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA, passando a integrar o contrato, sem necessidade de transcrição, devendo ser executados com observância das disposições contidas no edital de credenciamento, em seus anexos e nas guias e autorizações emitidas pelo SENADO, durante 60 (sessenta) meses consecutivos, a contar da data de celebração do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os serviços de que trata este contrato, inclusive as condições de atendimento, encontram-se detalhadamente descritos no **Anexo I do edital de credenciamento (Especificação dos Serviços)** que ampara este contrato de credenciamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A comunicação entre o SENADO e a CONTRATADA, se dará pelo endereço eletrônico credenciamentos@senado.leg.br ou outro e-mail que a área de credenciamento do SIS informar.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

Os preços a serem pagos à CONTRATADA serão calculados na forma abaixo, utilizando-se como referencial as tabelas elencadas a seguir:

- I -** os honorários profissionais, procedimentos, exames, diárias, taxas e gases medicinais serão cobrados com base nos códigos, descrições, referenciais de valores e instruções presentes nas tabelas praticadas pelo SIS e aprovadas pelo Conselho de Supervisão do SIS–TABSENADO;
- II -** a codificação dos eventos deverá seguir preferencialmente a Terminologia Unificada em Saúde Suplementar (TUSS);
- III -** os preços dos medicamentos serão remunerados de acordo com Preço Máximo ao Consumidor DF (PMC/DF) publicado no guia BRASÍNDICE, vigentes na data do atendimento. Medicamentos considerados de uso restrito hospitalar, assim classificados no guia BRASÍNDICE, serão cobrados ao Preço de Fábrica, sem acréscimo de taxa de comercialização. Deve-se utilizar a codificação TUSS publicada no guia BRASÍNDICE, ou no caso de inexistência, a codificação TISS de dez posições existentes na referida tabela para permitir o processamento eletrônico e a discriminação das despesas no extrato dos beneficiários. Não havendo o produto no guia BRASÍNDICE, poderá ser adotada a codificação do guia SIMPRO;
- IV -** poderá ser utilizada tabela de medicamentos que não sigam os guias BRASÍNDICE e SIMPRO;
- V -** os medicamentos poderão ser precificados e incluídos na TABSENADO;
- VI -** na hipótese de determinado medicamento ser aprovado pela ANVISA e não possuir referencial de código e preço nas tabelas mencionadas, o mesmo poderá ser objeto de negociação entre as partes, conforme pesquisa de mercado e indicação médica;



SENADO FEDERAL

- VII -** todos os medicamentos utilizados devem conter data de validade, número do lote, registro na ANVISA e demais exigências, devendo ser relacionados na fatura conforme descrito no guia BRASÍNDICE (marca, fabricante, concentração e outros dados inerentes ao produto). Quando não houver a descrição do produto, será pago o de menor valor constante no guia BRASÍNDICE. A indicação de medicamento que não atenda a algum (ns) requisito (s) descrito (s) neste item deverá ter prévia autorização da Perícia do SIS. Os medicamentos serão pagos conforme prescrição e serão sujeitos à auditoria da CONTRATANTE;
- VIII -** no caso de tratamento medicamentoso de alto custo em ambiente hospitalar, há necessidade de autorização prévia do SIS. No caso de tratamento medicamentoso ambulatorial, tais como quimioterapia, antibioticoterapia, tratamento para anemia, entre outros, haverá necessidade de autorização prévia em todos os casos;
- IX -** dietas para nutrição enteral ou parenteral não descritas no guia BRASÍNDICE como restrito hospitalar serão pagas utilizando-se o preço de fábrica sem acréscimo de taxa de administração. Poderá ser utilizada tabela de nutrição enteral e parenteral que não siga os guias BRASÍNDICE e SIMPRO. As dietas poderão ser precificadas e incluídas na TABSENADO;
- X -** os preços dos materiais descartáveis serão limitados aos constantes no guia SIMPRO, vigentes na data de atendimento, sem acréscimo de taxa de comercialização, devendo ser utilizada preferencialmente a codificação TUSS, ou no caso de inexistência, a codificação TISS de dez posições existentes na referida tabela para permitir o processamento eletrônico e a discriminação da despesa no extrato dos beneficiários. Não havendo produto no guia SIMPRO, poderá ser adotada codificação publicada no guia BRASÍNDICE, devendo ser seguida a mesma orientação atinente aos códigos TUSS e aos códigos TISS de dez posições;
- XI -** para órteses, próteses e os materiais especiais (OPME), nos casos eletivos, deverá haver autorização prévia da perícia do SIS e será realizada a cotação de preços junto a 3 (três) distribuidores dos fabricantes pela CONTRATADA, considerando-se para o pagamento o menor valor cotado e apresentação de nota fiscal, sem acréscimo de taxa de comercialização. O preço deve ser compatível com aqueles praticados no mercado, observadas as regulamentações vigentes sobre a matéria. Em situações de urgência e emergência, é necessário pedido de autorização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após atendimento devendo o preço ser compatível com aqueles praticados no mercado. A autorização de novas tecnologias somente ocorrerá após acordo prévio, com aprovação da Perícia do SIS;
- XII -** poderá ser utilizada tabela de materiais descartáveis, órteses, próteses e os materiais especiais (OPME) que não siga as tabelas BRASÍNDICE e SIMPRO e/ou apresentação de orçamentos. Os materiais poderão ser precificados e incluídos na TABSENADO;
- XIII -** os materiais e medicamentos serão faturados pelo preço fracionado, quando aplicável, e poderão ser cotados pelo SIS junto aos distribuidores dos fabricantes,



SENADO FEDERAL

considerando-se para pagamento o menor valor cotado, mantendo-se as tabelas referenciais apenas para efeito de codificação.

- XIV** - outros materiais não constantes das tabelas acordadas, serão pagos conforme o valor da Nota Fiscal de compra do produto, sem acréscimo de taxa de comercialização, desde que autorizadas previamente pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Nos contratos em que houver a negociação de modelos alternativos ao *fee for service*, como diárias globais e pacotes, deve-se obedecer rigorosamente a composição dos modelos de remuneração adotados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A alimentação do acompanhante, quando coberta pelo SENADO e não inclusa no valor da diária, será cobrada de acordo com a Tabela da CONTRATADA ou pelos preços acordados com o SENADO, devendo esta acompanhar a nota fiscal/fatura, com a discriminação detalhada dos itens cobrados, data do efetivo consumo e assinatura do beneficiário ou responsável.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As tabelas que servirão como referência de preço estarão disponíveis na área do credenciado no sítio eletrônico do SIS: “<https://www12.senado.leg.br/institucional/sis/home-area-do-credenciado>”.

PARÁGRAFO QUARTO – O CONTRATANTE poderá adotar pacotes, por meio de negociação direta, devendo, nesse caso, a PROPONENTE apresentar tabelas ou planilhas com o detalhamento dos preços propostos. A adoção deste tipo de modelo de negociação deverá ter sua vantajosidade para a Administração comprovada e devidamente fundamentada, com a apresentação de preços iguais ou inferiores aos da tabela de referência.

PARÁGRAFO QUINTO – Para os serviços abaixo discriminados, o modelo de remuneração utilizado adotará alternativas em substituição ao pagamento por procedimento (*fee for service*):

- I** - diárias de internação em hospitais gerais e internações domiciliares;
- II** - serviços de pronto atendimento/emergência;
- III** - serviços de terapia renal substitutiva ambulatorial (hemodiálise, diálise peritoneal, entre outros);
- IV** - serviços de centro cirúrgico;
- V** - serviços de infusão e tratamentos oncológicos ambulatoriais;
- VI** - endoscopias do aparelho digestivo.

PARÁGRAFO SEXTO – Os modelos de remuneração alternativos ao *fee for service* serão pacotes, diárias globais e taxas compactas. A implementação de tais modelos ocorrerá após devida fundamentação, demonstração de vantajosidade para a Administração que resultar em



SENADO FEDERAL

preços iguais ou inferiores das tabelas de referência e posterior aprovação do Conselho de Supervisão do SIS.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O modelo de remuneração *fee for service* é a adoção de tabela com o valor estabelecido para cada procedimento ou item utilizado, onde a remuneração se dá pelo somatório discriminado de cada um desses procedimentos ou itens utilizados (materiais, medicamentos, honorários profissionais, diárias hospitalares e serviços intermediários, tais como exames complementares).

PARÁGRAFO OITAVO – No caso de serviços de saúde que for utilizado o modelo *fee for service*, será utilizada a classificação A, B e C nos termos do **Anexo X do Edital de Credenciamento**, conforme parecer emitido pela Perícia do SIS ou empresa contratada, para definir os valores a serem pagos.

PARÁGRAFO NONO – As tabelas citadas neste Contrato serão utilizadas pela CONTRATANTE como referencial para cálculo dos preços a serem cobrados, não significando que todos os procedimentos constantes das referidas tabelas fazem parte do rol de especialidades passíveis de contratação e autorização.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Não serão autorizados ou pagos procedimentos não constantes do rol de cobertura do SIS ou que não estejam contratados para a especialidade do prestador. A realização de procedimentos novos deve ser precedida da necessária inclusão no rol de cobertura adotado pelo CONTRATANTE e mediante contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O preço a ser pago será o vigente na data da efetiva prestação dos serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Os preços definidos neste item também serão utilizados como referencial para pagamento dos serviços de EPS.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado após o envio das faturas por meio do portal de relacionamento *web* do sistema de gestão do CONTRATANTE. É necessário enviar um arquivo digital no formato XML (*Extended Markup Language*) e no padrão TISS, além da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) também no formato XML e PDF. A NF-e deve ser emitida em nome do SENADO, CNPJ 00.530.279/0001-15, e deve conter a descrição detalhada dos serviços. Além disso, é necessário enviar os seguintes documentos:

- I - guias de autorização com assinatura do beneficiário ou de seu responsável, comprovando a efetiva prestação dos serviços. No caso de telemedicina, poderá ser adotado outro formato de ateste do atendimento conforme diretrizes do SIS;
- II - nota fiscal com o custo de aquisição, acompanhada da autorização prévia, conforme o caso, quando houver necessidade de aplicação de medicamentos ou materiais não relacionados nas tabelas ou não cotados pelas CONTRATADA;



SENADO FEDERAL

- III - guias dos procedimentos autorizados previamente pela Perícia do SIS;
- IV - guias de autorização de tratamentos continuados de saúde, com as datas de realização, número de procedimentos diários, devidamente atestada, pelo beneficiário ou por seu responsável;
- V - comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mediante apresentação das certidões válidas a seguir:
 - a) Certidão Negativa de Débitos – CND para com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
 - b) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conjuntamente com a Secretaria da Receita Federal;
 - c) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
 - d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
 - e) prova de regularidade com Fazenda Distrital do domicílio da CONTRATADA.
- VI - demais pedidos de exames, guias, documentos e comprovantes exigidos pelo CONTRATANTE no edital de credenciamento e em seus anexos.
- VII - caso a CONTRATADA seja isenta do pagamento de qualquer imposto, taxa ou contribuição, exigidos neste Termo de Referência, deverá manter o respectivo comprovante válido junto ao CONTRATANTE, que poderá solicitar atualização a qualquer tempo;
- VIII - boletins anestésicos, devidamente assinados, datados e carimbados pelo médico responsável, sendo exigida a indicação do nome completo do prestador do serviço e seus números de registro no CPF e no CRM;
- IX - comprovantes relativos ao fornecimento de dietas especiais ao beneficiário, na forma definida neste Contrato, acompanhados de solicitação do médico assistente e de prescrição do nutrólogo ou nutricionista;
- X - laudo circunstanciado, quando exigido pelo CONTRATANTE, elaborado pelo médico assistente e/ou executor do serviço, datado, assinado e carimbado, do qual conste o número de registro no Conselho de Classe respectivo e na especialidade, e o código da CID da patologia.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A não apresentação da documentação prevista no **inciso V do caput desta Cláusula**, sujeita a CONTRATADA à aplicação das penalidades específicas previstas na **Cláusula Décima Segunda**.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O prazo para apresentação de faturas será de 90 (noventa) dias a contar da data de atendimento.

PARÁGRAFO QUARTO – No caso de atendimento continuado, o prazo será contado a partir do último dia de atendimento registrado na guia.

PARÁGRAFO QUINTO – No caso de internações prolongadas, o prazo será contado a partir do último dia de atendimento registrado na fatura parcial.

PARÁGRAFO SEXTO – A liberação de apresentação da fatura fora do prazo deverá ser acompanhada de justificativa do PROPONENTE, devidamente fundamentada e com as informações pertinentes, e deverá ser autorizada pelo titular da Secretaria de Gestão de Pessoas.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir do primeiro dia útil após o fechamento da janela do calendário mensal de pagamento disponibilizado pelo SIS, mediante crédito em conta bancária da CONTRATADA, gerando efeitos jurídicos de quitação da prestação de dívida.

PARÁGRAFO OITAVO – As notas fiscais e o arquivo XML deverão ser emitidos obedecendo ao critério de data de atendimento, não sendo permitida inclusão de atendimentos realizados em anos distintos em uma mesma nota fiscal.

PARÁGRAFO NONO – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, o prazo constante do **Parágrafo Sétimo desta Cláusula** poderá ser suspenso ou reiniciado até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Nenhum pagamento será realizado à CONTRATADA enquanto pendente de cumprimento qualquer requisito formal exigido no Edital ou no Contrato de credenciamento. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A CONTRATADA acompanhará os pagamentos efetuados, bem como as glosas porventura realizadas, por meio do portal na *internet* a ser informado pelo SIS.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:



SENADO FEDERAL

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A contestação parcial da prestação de serviços, devidamente ressalvada em forma de glosa, não impede o recebimento e o pagamento dos demais serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Caso o faturamento tenha por base serviços que deixaram de ser cobrados na época devida, os valores a serem faturados serão os vigentes na data do atendimento e com prévia autorização do SIS;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – O envio do arquivo XML obedecerá a versão determinada pelo SIS.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Caso não haja na TUSS, nem nos guias SIMPRO e BRASÍNDICE, o código do evento contratado, poderá ser utilizado o código próprio informado pelo SIS para permitir o processamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – A utilização de código próprio do CONTRATADO sem a prévia negociação do SIS incidirá em glosas ou recusa na transmissão do arquivo XML.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Os procedimentos constantes no arquivo XML deverão estar discriminados um a um.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – O prévio cadastro do prestador-executor é indispensável para o processamento do custo operacional.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO – Compete à CONTRATADA encaminhar e manter atualizado cadastro do prestador-executor, sob pena da devolução do protocolo de entrega de guias (PEG).

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO – Os dados dos beneficiários encaminhados pelo SIS e os resultantes da execução dos serviços terão caráter confidencial, para uso exclusivo conforme os fins previstos nesse contrato.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO – O SIS não aceitará, em nenhum momento, a ausência de informações nos campos obrigatórios dos arquivos a serem enviados pela CONTRATADA. A obrigatoriedade de campos será especificada na definição do leiaute dos arquivos disponíveis no sítio do SIS.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO—Poderá o SIS, após efetuar a análise dos documentos de cobrança apresentados e identificar pagamento indevido, questionar os valores cobrados. Tais valores poderão ser deduzidos na própria fatura ou restituídos pela CONTRATADA. Em qualquer caso, a CONTRATANTE apontará as divergências com a devida justificativa.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO – Deverão ser observadas as regras da CONTRATANTE em relação ao cadastro do prestador de saúde e seus respectivos funcionários, via portal de relacionamento *web* do sistema de gestão, para envio do arquivo digital para pagamento.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO – Os custos relacionados aos beneficiários do SIS correrão à conta de créditos orçamentários alocados para Assistência Médica e Odontológica no SENADO e de recursos do Fundo de Reserva do SIS.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO – Os custos relacionados aos servidores do SENADO referenciados ao Exames Periódicos de Saúde (EPS) correrão exclusivamente à conta dos créditos orçamentários mencionados no **Parágrafo anterior**.

CLÁUSULA SEXTA – DAS GLOSAS

O CONTRATANTE terá o direito de glosar, total ou parcialmente, mediante fundamentação técnica e/ou administrativa, os procedimentos apresentados que estejam em desacordo com a proposta da CONTRATADA, ou com este contrato, ou ainda em desacordo com a legislação aplicável aos serviços da espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA, no caso de discordância das glosas, terá o prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento da comunicação e da liberação do processo pelo CONTRATANTE, para efetuar as devidas apurações e apresentar suas contrarrazões ao SIS, acompanhada de cópias da documentação, guias, planilhas e outros controles que comprovem o direito de recebimento do valor glosado, findo o qual a glosa será considerada procedente.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pedido de revisão de glosa, apresentado na forma do **Parágrafo Primeiro desta Cláusula**, será analisado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias pelo SIS. No caso de não ser reconsiderada a glosa e a CONTRATADA não concordar com a decisão do SIS, esta poderá apresentar recurso administrativo na forma do Parágrafo Sétimo desta Cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO – No caso de haver glosas, a parcela remanescente da nota fiscal/fatura apresentada será paga normalmente, no prazo e na forma estabelecidos neste



SENADO FEDERAL

contrato;

PARÁGRAFO QUARTO - Se improcedente a glosa, a CONTRATANTE terá o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de deferimento do recurso para realizar o pagamento em conta corrente;

PARÁGRAFO QUINTO - Será aplicada glosa total dos procedimentos realizados sem autorização prévia da CONTRATANTE, quando não identificada pertinência técnica do procedimento;

PARÁGRAFO SEXTO - Serão motivos de glosa por parte do CONTRATANTE:

- I** - não apresentação da guia, ou apresentação provisória ou de cópia das guias, pedidos médicos, autorizações, formulários ou de qualquer outro documento;
- II** - guias ou formulários em nome de outra CONTRATADA ou outro CONTRATANTE, ou que não se refiram ao beneficiário cujas despesas estão sendo encaminhadas à CONTRATANTE para pagamento;
- III** - cobrança de adicional de procedimento eletivo realizado em finais de semana, feriados ou horário noturno;
- IV** - valores em discordância aos pactuados nos contratos de credenciamento;
- V** - falta dos devidos códigos que permitam a correta identificação do procedimento ou do serviço realizado;
- VI** - falta da data de atendimento e da assinatura do beneficiário ou do responsável pelo mesmo nas guias e/ou nos demais comprovantes;
- VII** - ausência ou deficiência de fundamentação técnica na indicação do procedimento realizado;
- VIII** - ausência de comprovação da realização do procedimento, bem como materiais e outros insumos faturados;
- IX** - falta de autorização da Perícia, quando determinado pelo SIS;
- X** - falta do horário de atendimento, quando for realizado em caráter de urgência ou emergência;
- XI** - realização de atendimentos sem autorização prévia em regime de urgência ou emergência quando não caracterizados como tal.
- XII** - outros descumprimentos das cláusulas deste contrato e seus anexos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Caberá recurso de glosas, em 30 (trinta) dias corridos, desde que



SENADO FEDERAL

esgotadas as instâncias supracitadas, da seguinte forma:

- I – ao Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP) do SENADO, no caso de negativa de reconsideração de glosa na nota fiscal/fatura;
- II – quando não for reconsiderada a decisão, será o recurso administrativo apreciado em instância única pelo Conselho de Supervisão do SIS.

PARÁGRAFO OITAVO – Findo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, importará na aceitação das glosas aplicadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

Os valores constantes dos referenciais de preços aprovados pelo Conselho de Supervisão do SIS e adotados pelo SENADO (TABSENADO) poderão ser reajustados, obedecendo a periodicidade mínima de 1 (um) ano, contada a partir da última atualização de preço, devendo-se observar como limite máximo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) 100%, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Observado o interregno mínimo de 12 meses, contados da contratação dos pacotes, diárias globais, taxas compactas ou outros eventos similares, poderá ser aplicado reajuste anual sobre os valores previamente negociados, respeitado o limite máximo de 100% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado no mesmo período, desde que os valores resultantes não sejam superiores ao somatório dos itens autônomos das tabelas de referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Em caso de novo contrato com a CONTRATADA e que já possua vínculo contratual com o SENADO, não havendo solução de continuidade no credenciamento e sem interrupção na prestação de serviços, o reajuste segue a periodicidade do contrato anterior, respeitando o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data do último reajuste aplicado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O arredondamento dos preços reajustados deste contrato reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20, de 2010:

- I - para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e
- II - quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no **inciso I deste Parágrafo** for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA OITAVA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, procedendo-se ao seu reequilíbrio a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente Instrumento.

- I** – A CONTRATADA, quando for o caso, deverá formular ao CONTRATANTE requerimento para o reequilíbrio do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenham onerado excessivamente as obrigações contraídas por força deste contrato.
- II** – A comprovação da variação dos componentes dos custos poderá ser feita por meio de notas fiscais de aquisição de matérias-primas, peças e/ou equipamentos, documento que ateste a ampliação dos serviços prestados, ou outros documentos contemporâneos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido do reajuste, a exemplo de atas de reunião, contratos, convênios e acordos referenciais.
- III** – Caso a variação dos componentes dos custos do contrato esteja acima do índice previsto, a CONTRATADA poderá apresentar planilha com demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato para subsidiar a prévia análise e deliberação por parte da SENADO, devidamente comprovada e justificada.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para acertar a redução de preços, taxa de administração e demais taxas, mantendo o objeto, em virtude da redução dos preços de mercado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A convocação de que trata o **Parágrafo Segundo** será fundamentada pela unidade competente do CONTRATANTE, com base em pesquisa de preços praticados no âmbito da administração pública e em empresas do ramo de atividade pretendido, credenciadas ou não pelo SENADO, ou por outros meios legais e convenientes indicados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 01.331.0034.2004.5664 e Natureza de Despesa 339039.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Senado Federal promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008 e no Ato da Diretora-Geral nº 14 de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato, sujeitando-se às seguintes penalidades:

- I** - advertência;
- II** - multa;
- III** - impedimento de licitar e contratar; e
- IV** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA:

- I** - der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave;
- II** - atender aos beneficiários do SIS de forma discriminatória e prejudicial, devidamente comprovada;
- III** - cobrar diretamente do beneficiário valores referentes a serviços prestados, a título de complementação de pagamento;
- IV** - cobrar serviços não executados ou executados irregularmente (de forma inadequada);
- V** - deixar de comunicar ao SENADO a alteração de corpo clínico, especialidades e/ou dados cadastrais, como razão social, endereço e número de telefone;
- VI** - atender aos beneficiários do SIS em novo endereço sem a devida vistoria prévia;
- VII** - recusar a realização de serviços constantes das tabelas do SIS na especialidade credenciada;



SENADO FEDERAL

VIII - interromper o atendimento ou excluir, injustificadamente, especialidade que o prestador se comprometeu a disponibilizar;

IX - incorrer em irregularidade constatada em vistorias supervenientes;

X - exigir garantias (cheque, promissórias, caução) para o atendimento aos beneficiários do SIS, salvo quando estes não apresentarem identificação de beneficiários.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

IV - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do **Parágrafo Segundo** que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução do contrato;

II - fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO QUARTO - A penalidade multa, que terá como base de cálculo o valor sobre o valor dos 3 (três) últimos faturamentos mensais, feitos pela CONTRATADA, sob o presente contrato, observando-se o princípio da proporcionalidade, poderá ser aplicada em conjunto com



SENADO FEDERAL

as demais sanções do **caput desta Cláusula** pela autoridade competente, nas seguintes proporções:

- I -** Multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 10 % (dez por cento) no caso do **inciso I do caput desta Cláusula**;
- II -** Multa entre 10,1% (dez ponto um por cento) e 20% (vinte por cento) no caso do **inciso V do caput desta Cláusula**;
- III -** Multa entre 20,1% (vinte ponto um por cento) e 30% (trinta por cento) no caso do **inciso VI do caput desta Cláusula**.

PARÁGRAFO QUINTO O atraso injustificado das obrigações decorrentes do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor dos 3 (três) últimos faturamentos mensais, feitos pela CONTRATADA, sob o presente contrato, observando-se o princípio da proporcionalidade.

PARÁGRAFO SEXTO - O SENADO avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato.

- I -** A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO – A não apresentação da documentação prevista no **inciso V do caput da Cláusula Quinta** ou constatada qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitará a CONTRATADA à pena de advertência e na sua notificação para sanear o vício ou irregularidade.

- I -** O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos **incisos I e II do Parágrafo Quarto**.

PARÁGRAFO NONO – O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do SENADO, observando-se os critérios constantes do **Parágrafo Décimo Segundo** e sem prejuízo das demais sanções.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO – Durante o período de 30 (trinta) dias previsto no **Parágrafo Nono**, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Serão observados na aplicação das penalidades o Ato da Diretoria-Geral nº 15/2022 ou posterior alteração e o Regulamento Administrativo do Senado Federal.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para o SENADO;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- VI - a não reincidência da infração;
- VII - a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- VIII - a execução satisfatória das demais obrigações contratuais;
- IX - os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- X - a não existência de efetivo prejuízo material à Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no **Parágrafo Décimo Segundo**.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo SENADO à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – Sem prejuízo das sanções previstas no contrato, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Na situação previstas **nos incisos I a III do caput desta Cláusula**, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e será apresentado ao Diretor Executivo de Contratações. Quando não for reconsiderada a decisão, será apreciado em instância única pelo Diretor-Geral do Senado Federal.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – Na situação prevista **no inciso IV do caput desta Cláusula** caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento. O pedido de reconsideração será apreciado pelo Diretor-Geral do Senado Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato de credenciamento pode ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A extinção do contrato de credenciamento poderá ser:

- I** - determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II** - consensual, por acordo entre as partes; ou
- III** - determinada por decisão judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUARTO – A qualquer momento, a empresa credenciada poderá solicitar o descredenciamento, caso não tenha mais interesse, via e-mail, à área de credenciamento do SIS, credenciamentos@senado.leg.br, ou outro e-mail informado.



SENADO FEDERAL

I - A CONTRATADA continuará vinculada ao cumprimento de suas obrigações até o término do procedimento de descredenciamento.

PARÁGRAFO QUINTO – Compete ao Conselho de Supervisão do SIS a rescisão do contrato de credenciamento das instituições prestadoras de serviços de assistência à saúde aos beneficiários do SIS nos casos elencados a seguir:

- I -** o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II -** o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III -** o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- IV -** falta de qualidade ou deficiência de segurança por parte do CREDENCIADO.

PARÁGRAFO SEXTO – A falta de qualidade ou deficiência por parte dos prestadores pode ser evidenciada em vários critérios, somados ou exclusivos, a saber:

- I -** não atingimento de nota mínima estabelecida nas visitas técnicas;
- II -** falta de atualização de documentos que possuem validade;
- III -** eventos adversos frequentes sem apresentação de planos de ação;
- IV -** falta grave do prestador;
- V -** constatação de fraude;
- VI -** má conduta dos profissionais de saúde, negligência, imprudência ou desídia na prestação dos serviços;
- VII -** paralisação dos serviços ou especialidades contratadas sem justa causa e prévia comunicação;
- VIII -** infração comprovada às normas sanitárias em vigor, questões éticas e o sigilo profissional ou inobservância de dispositivos legais pertinentes;
- IX -** constatação pela auditoria de falhas graves em procedimentos técnicos e/ou administrativos;
- X -** encerramento das atividades;



SENADO FEDERAL

- XI** - reincidir na cobrança direta do beneficiário de valores referentes a serviços prestados, a título de complementação de pagamento, após a aplicação de multa e/ou advertência;
- XII** - agir comprovadamente com má-fé, dolo ou fraude, causando prejuízos ao CONTRATANTE ou aos beneficiários do SIS;
- XIII** - Caso tenha ou passe a ter agente público do Senado Federal como sócio, dirigente e/ou proprietário ou acionistas;
- XIV** - reiteradas denúncias dos beneficiários do plano de saúde apuradas pela gestão do plano;
- XV** - não manter, durante a vigência do presente contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para o credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA VIGÊNCIA

O contrato terá vigência **por 60 (sessenta) meses consecutivos**, a contar da data de sua celebração, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o disposto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Administração poderá extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término da vigência contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando consultada, a manifestação positiva da CONTRATADA quanto ao interesse na prorrogação da vigência do contrato, nos termos do art. 422 do Código Civil, gera legítima expectativa para o SENADO quanto à assinatura do termo aditivo necessário à formalização da renovação da vigência.

PARÁGRAFO QUARTO - Em atenção ao Parágrafo anterior, exceto diante de fato superveniente e devidamente justificável, a recusa da CONTRATADA em assinar o termo aditivo de prorrogação de vigência manifestada após o prazo de 120 (cento e vinte) dias antes do encerramento da vigência do contrato poderá ensejar:

- I** - o enquadramento da ocorrência no inciso III do art. 155 da Lei nº 14.133/22 com a aplicação de penalidade na forma do **inciso II do Parágrafo Segundo da Cláusula Décima Segunda deste contrato**.
- II** - conforme o interesse da Administração, a rescisão unilateral do contrato.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUINTO – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica definido o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, de de 2026

ILANA TROMBKA
DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

JONAS HONORATO LIMA DE MELO
VITRIUM LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANÁLISES CLÍNICAS
LTDA.

TESTEMUNHAS:

Diretor SADCON

Coordenador COPLAC

TERMO DE VISTORIA TÉCNICA

Processo:

Instituição: VITRIUM LABORATORIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANALISES CLINICAS LTDA; CNPJ 18.299.191/0001-08

Endereço: QE 1 AE Lote F salas: 206/207 Ed. Centro Clínico Guará - Guará I

Telefones: 61992435707 - Marisa

1. Quantidade de itens verificáveis por tpico e total de pontos possíveis

| Tpicos | ITENS POR TPICO | | | | | | TOTAL DE PONTOS POSSÍVEIS |
|--|------------------|--------|---|--------|----|--------|---------------------------|
| | O | PESO 4 | N | PESO 3 | R | PESO 2 | |
| 1 - RECURSOS HUMANOS/ CORPO CLÍNICO | 6 | 24 | 1 | 3 | 2 | 4 | 31 |
| 2 – INSTALAÇÕES | 37 | 148 | 1 | 3 | 8 | 16 | 167 |
| 3 – LOCALIZAÇÃO | 3 | 12 | 0 | 0 | 1 | 2 | 14 |
| 4 - SERVIÇOS PROFISSIONAIS – OFERTA | 11 | 44 | 3 | 9 | 2 | 4 | 57 |
| 5 - PADRÃO DE QUALIDADE | 9 | 36 | 1 | 3 | 7 | 14 | 53 |
| 6 - ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA | 0 | 0 | 3 | 9 | 0 | 0 | 9 |
| 7 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO | 3 | 12 | 0 | 0 | 10 | 20 | 32 |
| TOTAL POR ITEM | | 276 | | 27 | | 60 | 363 |
| BÔNUS DE ACREDITAÇÃO | X | X | X | X | X | X | 24 |
| TOTAL DE PONTOS | | | | | | | 387 |

2. Pesos para mensuração dos fatores de avaliação técnica

| ITEM | FATORES DE AVALIAÇÃO - FAVALIA | PESO |
|------|--------------------------------|------|
| O | Obrigatório | 4 |
| N | Necessário | 3 |
| R | Recomendável | 2 |

| 3. Cálculo do resultado da avaliação técnica | | | | | | | |
|--|--------------------------------|------|-----------------|------------------|------------------|-------------------|-----------------------|
| ITEM | FATORES DE AVALIAÇÃO - FAVALIA | PESO | Número de itens | Pontuação Mínima | Pontuação Máxima | Pontuação Obtida* | Percentual Obtido (%) |
| O | Obrigatório | 4 | 34 | 108,8 | 136 | 132 | 97,06 |
| N | Necessário | 3 | 9 | | 27 | 18 | 66,67 |
| R | Recomendável | 2 | 10 | | 20 | 16 | 80 |
| Acreditação | | | | | | 8 | |
| Resultado final | | | | 146,4 | 183 | 174 | 95,1 |
| Total Geral | | | | | | 174 | 95,1 |

OBS: A pontuação máxima possível a ser obtida poderá variar de acordo com o tipo de estabelecimento, tendo em vista que o total de itens não aplicáveis será descontado da pontuação.

* **PONTUAÇÃO:** quantidade de respostas afirmativas multiplicadas pelos respectivos pesos para mensuração de acordo com o caráter dos fatores de avaliação técnica.

| 4. Resultado da avaliação técnica | | | | |
|-----------------------------------|-------------------|---------------|------------|-----------------------|
| Pontuação Obtida | Percentual Obtido | Classificação | Resultado* | Parecer Conclusivo ** |
| 174 | 95,1 | Clínica | aprovado | favorável |

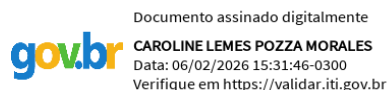
* **RESULTADO:** Aprovado ≥ 290 ou $\geq 80\%$ dos itens aplicáveis. Reprovado < 290 ou $< 80\%$ na pontuação final ou < 220 ou $< 80\%$ nos fatores de avaliação obrigatórios.

| TABELA DE CLASSIFICAÇÃO | |
|---|-----------------|
| Percentual obtido | Classificação |
| $\geq 95\%$ | Hospital Tipo A |
| $< 95\%$ e $\geq 85\%$ | Hospital Tipo B |
| $< 85\%$ e $\geq 80\%$ | Hospital Tipo C |
| $< 95\%$ e $\geq 80\%$ | Clínica |
| A classificação será utilizada quando cabível, para identificação de referencial de remuneração de taxas e diárias. | |

** **PARECER CONCLUSIVO:** favorável ou desfavorável ao credenciamento (justificar os casos de pontuação < 290).

06 de fevereiro de 2026

LOCAL E DATA



ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO AUDITOR

| ORIENTAÇÕES PARA APLICAÇÃO DO FORMULÁRIO DE VISTORIA TÉCNICA |
|---|
| 1. O formulário está organizado em tópicos, chamados Fatores de Avaliação (FAVALIA). Dentro de cada tópico, estão contempladas perguntas diretas sobre itens fundamentais para a qualidade do atendimento, cujas respostas admitem somente uma alternativa: Sim ou Não , ou Não se Aplica ; |
| 2. Cada item tem uma pontuação e um peso, conforme sua categoria: Obrigatório - aquele exigido em normas e/ou legislação vigente, ou considerado indispensável para a prestação do serviço. O não atendimento deste item acarreta riscos imediatos à saúde e má qualidade da assistência prestada, bem como infração à legislação vigente. Nem todo item obrigatório é fundamentado em lei, embora seja indispensável à prestação dos serviços. Identificado na primeira coluna com (O). Necessário - também pode constar em normas e o seu não cumprimento pode acarretar riscos à saúde e queda da qualidade da assistência, porém são riscos imediatos. Uma vez não cumprido o item pelo serviço, o plano de saúde poderá definir prazo para adequação do proponente. Identificado na primeira coluna com (N). Recomendado - não está descrito em normas, porém determina um diferencial de qualidade na prestação do serviço. Identificado na primeira coluna com (R). Não se aplica - O item somente poderá ser assinalado quando se tratar de prestador de serviço de saúde sem pronto atendimento ou pronto socorro, ou clínicas sem internações ou consultórios médicos e de profissionais não médicos ou quando definido na questão do formulário de avaliação. O item identificado como NA deverá ser deduzido do total de pontos possíveis no cálculo do resultado final do serviço vistoriado. Identificado na coluna com (NA). |
| 3. Critérios de verificação correspondem à forma como deverá ser realizada a vistoria, sendo (1) Observação e/ou (2) Avaliação documental. |
| 4. As entidades participantes de programas de acreditação receberão uma bonificação na pontuação. |
| 5. A legislação pertinente está informada na última coluna do formulário de Vistoria Técnica. Cada norma foi identificada de forma numérica e está apresentada nas Normas Regulamentares do formulário de vistoria. |
| 6. O resultado obtido na vistoria (quantidade de respostas afirmativas multiplicadas pelos respectivos pesos para mensuração de acordo com o caráter dos fatores de avaliação técnica), deve ser transferido para o formulário específico para cálculo e pontuação final do prestador vistoriado. |
| 7. O Quadro 4 (Resultado da avaliação técnica) permite obter o resultado percentual da vistoria e, conseqüentemente, a classificação final do prestador, conforme Quadro 3 (Cálculo do resultado da avaliação técnica). |

8. A Classificação será utilizada, quando cabível, para identificação do referencial de remuneração de taxas e diárias aplicáveis ao prestador.

| NORMAS REGULAMENTARES |
|---|
| 1. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Regula o Exercício da Enfermagem Profissional. |
| 2. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre os conselhos de medicina e dá outras providências. |
| 3. COFEN. Resolução COFEN 347/2009. Regula o Exercício da Enfermagem Profissional. |
| 4. Portaria nº 2.225, de 5 de dezembro de 2002. Ministério da Saúde. Estabelece exigências mínimas para a estruturação técnico-administrativa das direções dos hospitais vinculados ao Sistema Único de Saúde. |
| 5. CFM. Resolução CFM nº 1638/2002. Conselho Federal de Medicina. Define prontuário médico e torna obrigatória a criação da Comissão de Prontuário nas instituições de saúde. |
| 6. CFM. RESOLUÇÃO nº 2.152/2016. Conselho Federal de Medicina. Estabelece normas de organização, funcionamento e eleição, competências das Comissões de Ética Médica dos estabelecimentos de saúde, e dá outras providências. |
| 7. COFEN. Decreto nº 94.406, de 08 de junho de 1987. COFEN. Regulamenta a Lei 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem e dá outras providências. |
| 8. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças. |
| 9. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. |
| 10. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. |
| 11. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. |
| 12. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011. Ministério da Saúde. Define as terminologias adotadas em legislação nacional, conforme o disposto no Regulamento Sanitário Internacional 2005 (RSI 2005), a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional e estabelece fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições aos profissionais e serviços de saúde. |

| |
|---|
| 13. CFM. Código de Ética Médica. Diário Oficial da União (Resolução CFM Nº 1931, de 17 de setembro de 2009). CFM. |
| 14. COFEN. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. COFEN. |
| 15. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 20.931, de 11 de janeiro de 1932. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Regula e fiscaliza o exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária e das profissões de farmacêutico, parteiro e enfermeiro, no Brasil, e estabelece penas. |
| 16. Manual de Acreditação das Organizações Prestadoras de Serviços Hospitalares – 4ª Edição, 2003. |
| 17. ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Normas para projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. Brasília, 1994. |
| 18. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. |
| 19. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. LEI Nº 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. |
| 20. MINISTÉRIO DA SAÚDE. PORTARIA Nº 2616, de 12 de maio de 1998. Ministério da Saúde. Dispõe sobre o Programa de Controle de Infecção Hospitalar. |
| 21. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. LEI Nº 9.431, DE 6 DE JANEIRO DE 1997. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de programa de controle de infecções hospitalares pelos hospitais do País. |
| 22. ANVISA RESOLUÇÃO - RDC Nº 48, DE 2 DE JUNHO DE 2000. ANVISA. Aprova o Roteiro de Inspeção do Programa de Controle de Infecção Hospitalar. |
| 23. ANVISA RESOLUÇÃO - RDC Nº 50, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2002. ANVISA. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. |
| 24. ANVISA. RDC Nº 51, DE 6 DE OUTUBRO DE 2011. ANVISA. Dispõe sobre os requisitos mínimos para a análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e dá outras providências. |
| 25. ANVISA RDC Nº 63, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011. ANVISA. Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde. |
| 26. ANVISA RDC Nº 2, DE 25 DE JANEIRO DE 2010. ANVISA. Dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde. |
| 27. ANVISA RDC Nº 306, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. |

28. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria MS/GM nº 121, DE 25 DE JANEIRO DE 2012. Institui a Unidade de Acolhimento para pessoas com necessidades decorrentes do uso de Crack, Álcool e Outras Drogas (Unidade de Acolhimento), no componente de atenção residencial de caráter transitório da Rede de Atenção Psicossocial.

29. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria MS/GM nº 3.088, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de saúde (SUS).

30. MINISTÉRIO DA SAÚDE. PORTARIA Nº 148, DE 31 DE JANEIRO DE 2012. Define as normas de funcionamento e habilitação do Serviço Hospitalar de Referência para atenção a pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, do Componente Hospitalar da Rede de Atenção Psicossocial, e institui incentivos financeiros de investimento e de custeio.



SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

Processo nº 00200.001723/2026-17

Assunto: Distrato e credenciamento de interessada em prestar serviços técnicos de saúde ao Senado Federal. Edital nº 001/2024. Para deliberação. Autorizações e aprovações de competência da Diretoria-Geral.

Senhora Diretora-Geral,

Tratam os autos de credenciamento da empresa VITRIUM LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, CNPJ nº 18.299.191/0001-08, com fundamento no inciso II do art. 79 da Lei nº 14.133/2021¹, para prestação de serviços técnicos de saúde ao Senado Federal, nos termos do Edital de Credenciamento nº 001/2024, publicado em 26/8/2024 no Portal Nacional de Contratações Públicas (Processo nº 00200.013391/2023-71).

Por meio do documento nº 00100.048729/2026-86, a Coordenação da Rede Assistencial - CORA/SIS informa que:

- Considerando os termos do Edital de Credenciamento nº 001/2024, o solicitante declara estar ciente da extinção do contrato do Termo de Credenciamento nº 113/2020 e início da vigência do credenciamento decorrente do presente procedimento, de forma a evitar configuração de interstício de vigência entre os instrumentos contratuais, haja vista diversos tratamentos de saúde contínuos e em andamento.
- A ADVOSF, por meio dos Pareceres nº 803/2023 e nº 186/2024, concluiu pela adequação da minuta contratual constante do Edital de Credenciamento nº 001/2024. Ademais, a Diretoria-Geral autorizou a inexigibilidade de licitação, assim como aprovou o

¹ Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:
[...]

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

Termo de Referência elaborado pelo órgão técnico (OT) por meio do Despacho nº 1542/2024-DGER.

- O presente credenciamento foi aprovado, inclusive no que dispõe a cláusula de preços da minuta contratual, conforme Instrução Normativa nº 20/2024 do Conselho de Supervisão do SIS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 55, inciso IV, do Regulamento do Sistema Integrado de Saúde - SIS, aprovado pelo Anexo VI do RASF, aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14/2022.
- Foi elaborada estimativa de custos para a presente contratação com fundamento no histórico de pagamentos realizados a essa empresa, no ano de 2024. O valor anual estimado para a presente contratação é de R\$ 19.861,69 (dezenove mil, oitocentos e sessenta e um reais e sessenta e nove centavos).
- Conforme ofício emitido pela COCDIR após análise documental, a habilitação jurídica, a regularidade fiscal, social e trabalhista e a qualificação econômico-financeira foram comprovadas por meio das certidões juntadas aos autos (documentação referente aos itens 2.6.2, 2.6.3 e 2.6.4 do edital). Complementarmente, foi realizada pela COCDIR a consulta a sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, em especial os seguintes: I - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta; II. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP); III. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e IV. Consulta consolidada de pessoa jurídica (TCU).
- Da mesma forma, a capacidade técnica foi atestada após análise do SECRER dos documentos anexos (referente ao item 2.6.1 do edital). Além disso, o SECRER analisou e atesta que todos os anexos previstos no item 2.7 do Edital foram apresentados e juntados ao processo de credenciamento.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

- Conforme parecer de vistoria técnica favorável, em anexo, a empresa está habilitada para prestar os serviços de saúde referidos no contrato.
- Para o presente credenciamento foi indicado, como órgão gestor responsável, a Coordenação da Rede Assistencial - CORA/SIS.
- Conforme a portaria da Diretoria-Geral nº 4296 de 2025², ficou instituída a Comissão de Contratações Diretas para exame e julgamento dos documentos relativos aos procedimentos auxiliares de contratações.
- Por último, a COPAC/SAFIN informa que existem recursos orçamentários e recursos do Fundo de Reserva do SIS, para o exercício de 2024, vide os termos da Informação nº 84/2025 - COPAC/SAFIN³.

Desse modo, vieram os autos à DGER, para as deliberações necessárias, nos termos do art. 9º, III, IV, IX do Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14, de 2022; bem como da Instrução Normativa nº 20, de 2024 do Conselho de Supervisão do SIS.

À consideração de Vossa Senhoria.

Revisado por:

(assinado eletronicamente)

Kleber Minatogau

Assessor Técnico

(assinado eletronicamente)

Tahmineh Maria Shokranian de Mello

Gestora do NASC/ATDGER

² NUP 00100.150870/2024-86

³ NUP 00100.012755/2025-95





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

De acordo. Acolho a informação técnica e, com fundamento no art. 9º, III, IV, IX do Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022; considerando a verificação pela SECON/COPLAC da conformidade entre a minuta juntada e a minuta padrão aprovada pelo Senado Federal; o Ato do Presidente do Conselho de Supervisão do SIS nº 1 de 2020; e a Instrução Normativa nº 20, de 2024 do Conselho de Supervisão do SIS:

1. **AUTORIZO** o distrato do Credenciamento nº 113/2020, firmado com a empresa VITRIUM LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, CNPJ nº 18.299.191/0001-08.
2. **AUTORIZO** a celebração de novo Credenciamento com a empresa VITRIUM LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, CNPJ nº 18.299.191/0001-08, nos termos do Edital de Credenciamento nº 01/2024;
3. **APROVO** a minuta do Termo de Credenciamento de documento nº 00100.048729/2026-86-1;
4. **AUTORIZO** a despesa no valor anual estimado de R\$ 19.861,69 (dezenove mil, oitocentos e sessenta e um reais e sessenta e nove centavos); e
5. **DESIGNO** os gestores indicados na PDG anexa.

Encaminhem-se os autos, sucessivamente, à **AADGER** para publicação da portaria de designação de gestores; à **COCDIR/SADCON**, para as publicações referentes ao credenciado e à inexigibilidade de licitação, com base no parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133/21; e, ao **SEPCO/COPLAC/SADCON**, para as demais providências.

Brasília, 31 de março de 2026.

(assinado eletronicamente)
ILANA TROMBKA
Diretora-Geral





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL

Nº 866, DE 2026

A **DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, do Anexo V do Regulamento Administrativo, aprovado pelo ATC nº 14/2022, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00200.001723/2026-17,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a **Coordenação da Rede Assistencial - CORA/SIS** como órgão gestor do contrato que se originar do referido processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 31 de março de 2026.

(assinado eletronicamente)

ILANA TROMBKA
Diretora-Geral

